

INCA

Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal





Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design: Câmara Municipal de Moura

Impressão: Gráfica Comercial de Loulé

Tiragem: - 100 exemplares

Depósito Legal: - 489706/21

ISSN: 2184-9587

Nota de Abertura

Após três edições com artigos inteiramente dedicados ao património concelhio, a Lacant, apesar de continuar a manter o foco em temáticas locais, alarga pela primeira vez a sua abrangência geográfica.

A história do território que hoje corresponde ao nosso concelho não se desenvolveu de forma isolada. Isso, aliás, seria virtualmente impossível. Moura sempre esteve integrada numa vasta rede de interdependências políticas, administrativas, económicas e comerciais, tendo como parceiras privilegiadas localidades como Serpa, Aroche e Aracena, entre outras. Estas relações milenares desempenharam um papel fulcral na construção da nossa história e daí que faça todo o sentido que a revista Lacant se mantenha sempre disponível para acolher trabalhos de investigação que sobre elas se debruçam.

O período islâmico continua a ser um dos temas abordados, permitindo-nos continuar a aprofundar o nosso conhecimento sobre uma época histórica que teve uma importância determinante na formação da nossa cultura. Desta vez ficamos a conhecer o nome e um pouco da biografia de dois ilustres naturais do nosso concelho, que terão vivido no século X, bem como se estruturaria todo o território da vertente ocidental da Serra Morena, entre os séculos VIII e XIII.

O papel que o património pode ter na valorização turística, cultural e económica dos territórios ditos de “aixa densidade” é também abordado. São dois casos de estudo, de natureza diferente, mas extremamente bem-sucedidos, que demonstram que os resultados de trabalhos de investigação não se podem limitar a ficarem acessíveis a especialistas, para serem debatidos em circuito fechado. Estes projectos são a demonstração de que com criatividade, muito trabalho e competência é possível conjugar a produção científica de qualidade com o desenvolvimento local centrado na valorização do património.

Temos também, pela primeira vez, um artigo centrado no nosso património imaterial, nomeadamente no estudo das danças de carnaval de Amareleja, também conhecidas como “studantinas” e que muito contribuirá para a sua divulgação e preservação.

A Câmara Municipal de Moura agradece a todos os autores que colaboraram nesta 4ª edição, reiterando o seu compromisso para com a divulgação e valorização do nosso Património.

O impacto
de uma Escola de Campo
Internacional de Arqueologia
num meio rural em Portugal:
O caso da
South-West Archaeology Digs
em Safara (Moura)

Mariana Nabais

South-West Archaeology Digs
(SWAD, Portugal)
Institut Català de Paleoecologia Humana i Evolució Social
(IPHES, Espanha)
Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
(UNIARQ, Portugal)
mariananabais@gmail.com

1. Introdução

Aos olhos do nosso mundo ocidental, hoje, a preservação e salvaguarda do património cultural desempenha um papel crucial na manutenção da identidade de uma sociedade. Esta visão vai de encontro ao que os Estados Membros do Conselho da Europa signatários da Convenção de Faro (2005) acordaram relativamente “ao papel do património cultural na edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural” (artigo 1º d). Neste âmbito, a arqueologia é uma disciplina que fornece dados inéditos e importantes para uma melhor compreensão e interpretação do nosso passado, contribuindo para a reconstrução da nossa cultura, sociedade e ambientes ao longo do tempo. Muitas vezes, é também a arqueologia que nos informa sobre a resiliência e a capacidade de adaptação das sociedades humanas ao longo da história, oferecendo-nos estratégias que poderão ser utilizadas e reajustadas aos mais variados desafios que enfrentamos na actualidade. Assim se entende que “os ideais, princípios e valores resultantes da experiência adquirida com progressos e conflitos passados favoreçam o desenvolvimento de uma sociedade pacífica e estável (...)” (Convenção de Faro, 2005, artigo 3º b)

Porém, tal como em muitas outras áreas do conhecimento, são várias as dificuldades na obtenção de financiamento para projectos de investigação arqueológica em Portugal. Uma das formas encontrada para ultrapassar tal adversidade, de modo a poder iniciar uma investigação arqueológica sistemática e coerente num território actualmente desertificado e desprovido de meios consistentes para apoiar o seu desenvolvimento local – como é o caso da aldeia de Safara –, foi a criação da escola de campo internacional de arqueologia, South-West Archaeology Digs (SWAD).

2. Safara e a South-West Archaeology Digs (SWAD)

Safara é uma aldeia que integra a União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração (UFSSAR) que compreende 240 km² do concelho de Moura, distrito de Beja. Encontra-se na proximidade com a fronteira espanhola e insere-se na vasta planície alentejana, onde predominam os olivais e montados de sobreiros e azinheiras. Com base nos Censos de 2021, verifica-se que a UFSSAR tem vindo a ter um decréscimo populacional anual de 1.8% desde 2011. Esta é uma tendência que marca todo o concelho, caracterizado por uma densidade populacional reduzida, de 14 habitantes por km², e com uma população envelhecida, com 177 idosos por cada 100 jovens. Estes desafios relacionados com o despovoamento e o envelhecimento da população local – essencialmente explicados pelo êxodo das camadas jovens para os centros urbanos que oferecem maiores oportunidades para o seu potencial crescimento económico –, reflectem-se numa população inactiva na ordem dos 51% e, consequentemente, numa produtividade reduzida no concelho de Moura (www.pordata.pt consultado no dia 12 de Outubro de 2023).

Neste contexto, a SWAD desempenha um papel importante na promoção da investigação arqueológica e na preservação do património cultural em Safara e Moura, proporcionando novas oportunidades de aprendizagem e investigação através da criação de um ambiente internacional. A SWAD consiste numa escola de campo de arqueologia que funciona em estreita articulação com universidades estrangeiras, contando também com algum apoio local da Câmara Municipal de Moura (CMM), da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração (UFSSAR), da Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura) e do Professor Escultor António Vidigal, originário da aldeia de Safara (Fig 4 A-F).

A SWAD foi criada no verão de 2017, tendo como principal apoio a University College London (UCL, Reino Unido), estando actualmente relacionada com participantes de muitas outras universidades americanas e australianas, destacando-se o envolvimento activo e assíduo de alunos da UCL, da De Paul University (Chicago, EUA) e da Macquarie University (Sydney, Austrália). A SWAD tem vindo a desenvolver trabalhos de campo desde Junho de 2018 no Castelo Velho de Safara, tendo tido um interregno em 2020/21 devido à pandemia de covid-19. Desde 2022 que a actividade se tem expandido para outros sítios arqueológicos e outras regiões do país, como são o caso das Ruínas Romanas de Tróia (Grândola), ou das Ruínas Romanas da Telhada (Pombal). No entanto, o foco principal que aqui se apresenta é na experiência adquirida em Safara, ainda que se mencionem alguns breves resultados referentes às actividades desenvolvidas nos demais sítios arqueológicos.

2.1. O Castelo Velho de Safara

O Castelo Velho de Safara, situa-se em Safara, a Noroeste do Monte do Cabeço Pião (Fig. 1 A) e está referenciado pelo Código Nacional de Sítio (CNS) da base de dados Endovélico da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), com o CNS 12841. Nesta mesma plataforma digital, aparece referido o povoado do “Safarejo”, com o CNS 1353, que corresponde ao mesmo sítio, mas cujo registo duplicado tem origem no artigo de Arnaud e Gamito (1977), onde o Castelo Velho de Safara é designado por “Castro do Safarejo”.

O Castelo Velho de Safara localiza-se na margem esquerda do curso médio do Guadiana, numa plataforma que termina num esporão rochoso, na confluência da ribeira de Safara com a margem esquerda do rio Ardila (Fig. 1 A-B). O povoado possui condições naturais de defesa a Norte e Este, pois assenta sobre um planalto sobranceiro ao caudal principal do Ardila. Adicionalmente, possui muralhas e três linhas de fossos defensivos, ainda bem preservados e visíveis no local. Detém boas condições de visibilidade e de controlo da paisagem, devido à sua altitude de cerca de 165 metros.

Os primeiros estudos arqueológicos realizados no povoado devem-se a António Monge Soares, que ali efectuou recolhas de superfície na década de 1970 e a limpeza de um corte estratigráfico de cerca

de 6 m², realizado a partir de um desmoronamento ocorrido na zona mais alta do sítio, localmente designado de “assento do rei”. Através do estudo dos materiais recolhidos, a observação do corte estratigráfico, as análises metalográficas e químicas de escórias e cadinhos estabeleceram-se três fases de ocupação: uma durante o Calcolítico Final, outra da Idade do Ferro e, por fim, uma ocupação de época Romano Republicana. Não foram identificados materiais arqueológicos referentes à Idade do Bronze, pelo que se presume ter existido um hiato na ocupação (Costa, 2010; Soares et al 1985, 1994, 1996, 2005; Soares, 2001). A reforçar que todos estes trabalhos incidiram somente em materiais recuperados à superfície, nunca se tendo realizado uma escavação arqueológica no local. Assim sendo, só em Junho de 2018 se efectuaram as primeiras escavações sistemáticas pela SWAD no Castelo Velho de Safara, por forma a recolher vestígios materiais encontrados em posição estratigráfica, permitindo uma correcta e detalhada caracterização cronocultural das antigas ocupações humanas do sítio (Fig. 1 C-E).

Até ao momento, as escavações sistemáticas da SWAD concretizaram-se na abertura de seis sondagens (Figs. 1 e 2) que têm demonstrado que o Castelo Velho de Safara terá sido um sítio importante e densamente povoado durante a época Romano Republicana (século I a.C.) e, sabemos agora, extensível até aos primeiros anos do Império, no século I d.C. Isto é reflectido na grande dimensão do povoado, com 1,36 hectares, e no investimento considerável na construção de elementos defensivos. Tal está deveras evidente no extenso pano de muralha que circunda todo o sítio e no seu reforço defensivo caracterizado pelas três linhas de fossos paralelos, escavadas no afloramento geológico, como bem demonstrado na sondagem 4 escavada em Janeiro e Julho de 2023 (Fig. 2 S-V). A sua população terá sido bastante militarizada, como apontam as evidências de cultura material – por exemplo, balas de funda, fíbulas em bronze características dos paramentos militares da época, ou arreios de cavalos (Fig. 1 C-D). Esta tendência evidencia-se igualmente nos conjuntos arqueofaunísticos recolhidos, onde se verifica um claro predomínio da caça sobre a actividade doméstica de animais (Nabais et al 2019; Soares et al, no prelo).

Esta ocupação romana estabeleceu-se sobre uma ocupação prévia da Idade do Ferro, cujos materiais cerâmicos apontam para o século IV a.C. como data do seu início (Fig. 1 E). Dado a ocupação indígena se encontrar por debaixo de níveis romanos com um denso edificado que se apresenta muito bem preservado, ainda não foi possível descobrir estruturas *in situ* datadas da Idade do Ferro. No entanto, foi já demonstrada a sua inequívoca presença nas sondagens 1 e 2 (Fig. 1B, Fig. 2 F-J), onde se encontraram alguns derrubes de paredes e cerca de 3 metros de potência estratigráfica com densa acumulação de cultura material e faunística exclusiva de época sidérica. Entre a enorme quantidade de elementos recolhidos encontram-se cerâmicas importadas (como são exemplo as cerâmicas áticas, ou com pastas provenientes da bacia do Guadalquivir), cerâmicas de produção local, vários fragmentos de escória, ossos humanos e restos arqueofaunísticos que apontam para a domesticação de animais de médio e grande porte. Todos estes

encontram-se cerâmicas importadas (como são exemplo as cerâmicas áticas, ou com pastas provenientes da bacia do Guadalquivir), cerâmicas de produção local, vários fragmentos de escória, ossos humanos e restos arqueofaunísticos que apontam para a domesticação de animais de médio e grande porte. Todos estes elementos são indicadores de uma presença humana de cariz residencial permanente (Soares, 2021; Soares & Nabais 2022).

Quanto à ocupação mais antiga, datada do terceiro milénio a.C., foi apenas identificada por materiais esparsos recolhidos à superfície, julgando-se que a ocupação principal terá acontecido no topo do esporão rochoso que marca o sítio, e que é o mais afectado pela erosão e actos de violação arqueológica no local (Soares & Nabais 2022).

De época muito mais recente datam os compartimentos encontrados na sondagem 3 (Fig. 2 Q -R). Esta sondagem foi aberta em Julho de 2022, por forma a melhor compreender uma estrutura aparentemente rectangular que surgia junto dos fossos de defesa a Sudeste do povoado. Esta edificação surgia numa fotografia dos anos 1970 a que tivemos acesso, tendo também sido registada no levantamento topográfico realizado por Teresa Costa (2010). A sua localização e morfologia aparentavam um desfasamento arquitectónico de difícil enquadramento com os elementos já identificados. Assim sendo, a sondagem 3 abarcou a mancha de materiais pétreos visível à superfície, tendo evidenciado a presença de uma estrutura linear com um total de seis compartimentos quadrangulares com 1,10 m de lado. É expectável que se encontrem mais compartimentos caso se alargue o limite Noroeste da sondagem. Todos os compartimentos intervencionados apresentam uma entrada identificada do lado Sudoeste, delimitada por duas lajes de xisto verticais. Ainda que apenas o compartimento 4 tenha sido totalmente escavado, a morfologia da edificação e os materiais recolhidos sugerem a presença de uma construção que pode datar desde o século XVI até inícios do século XX. A sua função poderia estar eventualmente associada à criação de gado suíno no local, não estando de forma alguma relacionada com as estruturas defensivas Romano -Republicanas, nem a ocupação verificada no seu interior

2.2. O programa da SWAD

Entre 2018 e 2023, participaram um total de 121 alunos nas campanhas de escavação arqueológicas desenvolvidas pela SWAD nos três sítios arqueológicos intervencionados. Em 2018, escavou-se no Castelo Velho de Safara apenas durante o mês de Junho, com um total de 23 alunos, de 10 nacionalidades diferentes, sendo a maioria proveniente da University College London. Dado o sucesso desta campanha, em 2019 a escola de campo decorreu durante os meses de Junho e Julho, tendo contado com a participação de 30 alunos, de seis instituições académicas diferentes e correspondentes a sete nacionalidades. Dado a afluência de indivíduos de origem australiana que comentavam a sua dificuldade no acesso a programas de escavação durante as suas pausas lectivas de verão (correspondentes ao inverno

e um aluno de uma universidade inglesa, reflectindo-se no total de quatro nacionalidades distintas (Fig. 3 A, E).

Ainda que várias outras campanhas estivessem previstas para 2020 e 2021, a pandemia provocada pelo coronavírus impediu a sua realização. Contudo, o regresso à normalidade plasmou-se no alargamento dos sítios arqueológicos a interencionar e, em Abril de 2022, realizaram-se trabalhos nas Ruínas Romanas de Tróia, contando com a presença de oito alunos, oriundos de quatro universidades inglesas e americanas, correspondendo a um total de cinco nacionalidades. Em Julho do mesmo ano escavou-se novamente no Castelo Velho de Safara com um total de 12 alunos, de universidades norte americanas, australianas e europeias, correspondendo a um total de nove nacionalidades. Em 2023, realizaram-se três campanhas de escavação. Em Janeiro e Julho, as intervenções no Castelo Velho de Safara contaram com um total de 30 alunos (12 em Janeiro e 18 em Julho), de 12 universidades americanas, quatro universidades europeias, uma universidade australiana e uma outra neozelandesa, correspondendo a um total de 12 nacionalidades entre os alunos. Em Março de 2023, foi também realizada uma campanha de escavação nas Ruínas Romanas da Telhada com um muito expressivo apoio da Câmara Municipal de Pombal e da Junta de Freguesia de Vermoil, onde participaram um total de oito alunos maioritariamente provenientes da University College London, mas também das University of Manchester (UK) e da Chinese University of Hong Kong (China), reportando um total de quatro nacionalidades distintas entre os participantes.

De uma forma geral, e focando-nos agora somente nas actividades desenvolvidas em Safara entre 2018 e 2023, a SWAD contou com um total de 105 participantes, oriundos de 20 países diferentes (Fig. 3 A, E, F). Cerca de 90% dos participantes são indivíduos de idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos que se encontram a realizar as suas licenciaturas em arqueologia ou antropologia, sendo os restantes 10% alunos de mestrado nas mesmas áreas de estudo (Fig. 3 B-D). O programa da SWAD acolhe os seus participantes numa casa partilhada com o corpo dirigente dos trabalhos arqueológicos, estando as refeições asseguradas em restaurantes locais. A rotina diária consiste na escavação do sítio arqueológico de manhã (Fig. 2), estando as tardes destinadas ao trabalho no laboratório de campo (Fig. 4 C-D), por vezes intercaladas com aulas teórico-práticas (Fig. 4 B) que versam sobre temas como métodos de escavação, registo e desenho de campo, análise de cultura material, zooarqueologia, geoarqueologia, antropologia física, arqueometalurgia, entre outros. Os fins-de-semana são dedicados ao conhecimento da região envolvente, com passeios dinamizados pela SWAD a Moura, Mourão, Monsaraz, Évora, Serpa, Beja e Barrancos. Estes passeios são normalmente acompanhados pelos arqueólogos locais que conduzem as visitas guiadas aos principais monumentos e museus de cada município (Fig. 4 F). Efectuam-se também, por vezes, visitas a outras escavações que se encontrem a decorrer durante nossa estadia em Safara, como no caso do núcleo arqueológico dos Perdigões ou das escavações em Santa Susana. Esta vertente dedicada ao património cultural decorre durante a manhã dos fins-de-semana, estando as tardes dedicadas a uma

vertente lúdica em que se usufrui ao máximo das praias fluviais, piscinas municipais e festas locais que se encontrem a decorrer (Fig. 5 G, H).

Desde o seu início que a SWAD desenvolveu um plano de acção que visa a participação da comunidade local e escolar nos trabalhos arqueológicos, com enfoque na valorização e sensibilização para o património histórico e arqueológico. Em 2018 e 2019 foram realizadas várias actividades lúdico-pedagógicas para o público escolar do 1º ciclo da Escola Primária de Safara, e uma visita às escavações arqueológicas das duas turmas com as quais se desenvolveram estas acções (Fig. 5 A). Entre as sessões na sala de aula constaram a apresentação “*Bom dia, bom dia, o que é a Arqueologia?*” estruturada em duas partes. Da primeira parte constava uma apresentação em forma de “estória” onde se introduziram temas como a antiga aldeia de Safara e conceitos relacionados com a arqueologia e ciências auxiliares, estratigrafia, cerâmica, materiais arqueológicos, utensílios de escavação e a Idade do Ferro. Na segunda parte as crianças receberam uma folha com o perfil de um vaso e quatro exemplos de motivos decorativos característicos da Idade do Ferro para preencher e colorir, combinando os padrões ou reproduzindo-os isoladamente. Outra das sessões dinamizadas foi o atelier-oficina “*A brincar, a brincar, vamos aprender a escavar!*”, que promoveu uma abordagem prática à arqueologia através de uma experiência de escavação. Mostraram-se às crianças materiais cerâmicos provenientes do sítio arqueológico devidamente etiquetados com acrónimo, origem estratigráfica e número de série. Os alunos puderam sentir a textura dos tipos de pastas, identificar formas e padrões decorativos. Após a escavação, o espólio recolhido foi dividido de acordo com o motivo decorativo e ensaiadas colagens de peças, promovendo o melhoramento das capacidades cognitivas, o desenvolvimento da motricidade fina e das capacidades sociais do trabalho em equipa.

Os Dias Abertos realizam-se em colaboração com a ADCMoura e a UFSSAR. Acontecem todos os verões e acolhem todos os indivíduos interessados em realizar uma visita guiada à escavação do Castelo Velho de Safara e/ou num passeio pedestre desde Safara até ao sítio arqueológico. Desde 2018 que tem havido um exponencial interesse por parte do público geral, com especial destaque para o ano de 2019 quando houve uma adesão de mais de 100 visitantes (Fig. 5 C). As crianças das Oficinas dos Tempos Livres (OTL) da Casa do Povo de Safara também visitam anualmente o sítio arqueológico e participam em diferentes actividades no campo, como escavação, crivagem de sedimentos, acondicionamento de fragmentos cerâmicos e arqueofaunísticos com a devida etiqueta, lavagem de materiais cerâmicos e participação num jogo de pista (Fig. 5 B). Também o Centro de Dia da Casa do Povo de Safara e a Universidade de Sénior de Moura realizaram visitas às escavações do Castelo Velho de Safara (Fig. 5 D). Adicionalmente, as visitas espontâneas são sempre acolhidas com uma dedicada explicação do sítio e dos trabalhos que se têm vindo a desenvolver, notando-se que muitas destas visitas são de pais e familiares dos participantes estrangeiros (Fig. 4 H).

Os mais relevantes materiais descobertos até ao momento são normalmente apresentados nos Dias Abertos e nas visitas marcadas, mas foram igualmente apresentados na exposição “*No Princípio Era Um Castelo*” realizada pela SWAD na Semana Cultural de Safara, em Setembro de 2019 (Fig. 5 E). A exposição de arqueologia foi animada por várias visitas guiadas, duas conferências dedicadas ao estudo do Castelo Velho de Safara (Fig. 5 F) e à exposição de fotografia da Ana Paganini que nesse ano documentou os trabalhos de campo. Outras retribuições à comunidade do conhecimento adquirido através da investigação arqueológica têm-se plasmado na publicação de vários artigos científicos e na publicação do livro infantil “*Está aí Alguém? / Is Anyone There?*” da autoria de Nicholas Carvalho e Inês Almeida. Este promove a curiosidade pela descoberta arqueológica através da escavação, sendo as ilustrações populadas por uma variedade de motivos e materiais arqueológicos recolhidos nas escavações do Castelo Velho de Safara. O livro foi lançado no Teatro Romano de Lisboa, com apresentação da sua directora, a Dra. Lídia Fernandes, no dia 4 de Junho de 2022.

Adicionalmente, a SWAD aposta na divulgação de todas as suas actividades junto da comunicação social e das redes sociais de Instagram e Facebook (@sw.archaeology.digs). Assim sendo, são já várias as notícias em rádios, revistas, jornais e canais de televisão (nomeadamente a RTP1 e a RTP3) onde figuram os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos (Fig. 4 G). As redes sociais têm tido um crescimento consistente de seguidores, visualizações e interações, motivando a criação no verão de 2022 de uma equipa dedicada ao registo e documentação em vídeo dos trabalhos a serem desenvolvidos. Estes vídeos são partilhados nas redes sociais, de modo a fornecer uma visão global dos trabalhos de escavação, de laboratório, dos passeios turísticos, das actividades de arqueologia pública e de depoimentos dos participantes sobre a sua experiência nas campanhas arqueológicas no Castelo Velho de Safara. Foram também já utilizados em acções de divulgação por parte da Macquarie University (Sydney, Australia), da Pitzer College (California, EUA) e da University College London (Londres, Reino Unido).

3. O impacto da SWAD nos alunos estrangeiros e na comunidade local

Com base na experiência adquirida em Safara entre 2018 e 2023, aquilo que se tem verificado é que o intercâmbio entre a comunidade local e os participantes estrangeiros promove um ambiente de respeito mútuo e apreciação pela diversidade cultural. Ambos os grupos têm a oportunidade de aprender sobre diferentes tradições, costumes e modos de vida. São pequenos episódios à primeira vista insignificantes – como o de um nova-iorquino de 20 anos que participa activamente numa pega tauromáquica decorrente das celebrações locais em honra de S. Sebastião (Fig. 5 H), ou as interações entre indivíduos locais e estrangeiros aquando a iniciação gastronómica de degustação de caracóis – que são

responsáveis pela criação dessa consideração pela interculturalidade. Para os alunos estrangeiros, viver numa aldeia rural portuguesa, além de enriquecer a sua experiência académica, prepara-os para desafios futuros em contextos culturais diversos. Para Safara, a colaboração entre a SWAD e a população local fortalece a confiança, promove uma maior aceitação da investigação arqueológica e uma maior sensibilização para a valorização do património pela sua comunidade local e envolvente.

Durante a sua estadia em Safara, os alunos estrangeiros têm a oportunidade de viver e conviver com a cultura e tradições locais, ao mesmo tempo que partilham as experiências e perspectivas culturais da sua origem. De alguma forma, aquilo que se observa é um contributo exterior para o desenvolvimento de um sentimento local de validação e valorização do seu património material e imaterial. Um exemplo desta realidade é o Castelo Velho de Safara, que apesar de ser conhecido por todos há tanto tempo em Safara, passa agora a assumir um papel preponderante no sentimento de pertença da comunidade local. Da mesma forma, outros elementos patrimoniais – sejam a gastronomia, o artesanato, entre muitos outros – passam a ser reconhecidos como importantes e válidos pela comunidade residente. Neste contexto, são paradigmáticos testemunhos como os de Maria Baptista que afirma “Achei muito bem [ter cá os participantes da SWAD]. Dá valor à terra. É uma terra sem jovens e sempre se viu mais pessoas novas. Deu valor ao comércio, aos cafés” (testemunho recolhido a 6 de Julho de 2018; Mercearia da Praça 25 de Abril, Safara); ou de Francisca Fialho que refere “Segundo o que tenho ouvido de pessoas que conheciam aquilo [o sítio arqueológico Castelo Velho de Safara], que é de investir e dar a conhecer a outras pessoas aquilo que nós temos e que poderá ser importante para a aldeia. Isto está tudo a sair daqui e assim poderá vir cá mais alguém visitar e voltar aqui” (testemunho recolhido a 6 de Julho de 2018; Padaria Taranta).

O envolvimento da comunidade nas actividades da SWAD incute também uma consciência patrimonial na população local, empolando o seu sentimento de propriedade e identificação com o património cultural da sua região. Mais uma vez, são reveladores desta realidade testemunhos como o de Ana Catarina que afirma “Fui a ver as escavações e gostei muito. Logo no primeiro dia quando falaram das escavações, a gente achámos que aquilo não ia ser nada, mas quando lá cheguei gostei muito daquilo que vi” (testemunho recolhido no dia 6 de Julho de 2018; bar da Casa do Povo de Safara). Uma consequência directa deste envolvimento da comunidade é o desenvolvimento de um papel activo da população residente na salvaguarda do seu património, tornando-se guardiões do mesmo e levando à criação de uma rede de apoio para a sua conservação a longo prazo. Esta participação comunitária é essencialmente estimulada pelas acções de arqueologia pública que têm vindo a ser desenvolvidas com todas as faixas etárias, conseguindo combinar a presença de públicos jovens e idosos nas áreas de escavação, nas visitas guiadas, nas conferências e exposições. Assim se desperta o gosto pela História e Arqueologia, promovendo-se um espaço de partilha de experiências intergeracionais que poderão resultar no fortalecimento dos laços comunitários da aldeia e, consequentemente, numa maior coesão social.

O intercâmbio cultural leva também à promoção do desenvolvimento económico local devido ao aumento populacional jovem durante as campanhas de escavação e aos gastos inerentes à sua estadia, seja em alojamento, em alimentação, transporte, entretenimento, materiais e serviços vários necessários à realização das actividades da SWAD. Segundo Ana Catarina, “Foi uma boa ajuda. Que estava tudo morto nesta altura, porque é um mês mau que não havia cá quase ninguém e este pessoal ajuda. É que há muito pessoal que no mês de Junho vai para a França.....mas compensou. O pessoal foi para a França, mas eles [participantes SWAD] vieram para aqui. Abalou o pessoal para a França, mas chegaram elas [participantes SWAD]. Elas gastavam muito dinheiro aqui...nas lojas, em todo o lado. Foi óptimo!” (testemunho recolhido a 6 de Julho de 2018; bar da Casa do Povo de Safara). Os gastos individuais de cada participante nos estabelecimentos comerciais de Safara e em outras localidades aquando dos passeios de fim-de-semana são difíceis de aferir. Porém, e mais uma vez, os testemunhos dos comerciantes de Safara indicam que os bens mais frequentemente adquiridos são “(...) bolachas, água, sumos, iogurtes, cerveja, bebidas brancas e fruta” (Maria Baptista, no dia 6 de Julho de 2018; Mercearia da Praça 25 de Abril). O desenvolvimento económico local é igualmente estimulado através da divulgação realizada pelos próprios alunos estrangeiros que promovem a vinda dos seus pares a participar em campanhas arqueológicas subsequentes. São também cada vez mais comuns as visitas dos familiares e amigos destes alunos que são por eles motivados a visitar Safara, o Alentejo e Portugal (Fig. 4 H). Contribui-se assim para a concretização dos apelos da população local plasmados nas palavras de Francisca Fialho quando afirma “A gente quer é gente na aldeia e gente que traga alguma coisa de novo!” (testemunho recolhido a 6 de Julho de 2018; Padaria Taranta).

Por último, as actividades da SWAD promovem a colaboração e o intercâmbio académico entre actuais e futuros investigadores de diferentes países. Deste modo, procederam-se já a alguns estudos colaborativos com investigadores da Universidad Autónoma de Madrid e da Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Os conjuntos faunísticos da Idade do Ferro recolhidos em 2019 e 2020 na sondagem 2 do Castelo Velho de Safara foram objecto de estudo parte de uma licenciatura em arqueologia na University of Edinburgh (Reino Unido). De igual forma, parte da colecção de cerâmicas romano republicanas encontra-se actualmente em estudo no âmbito de uma tese de mestrado nessa mesma universidade. Estas colaborações aportam uma variedade de abordagens e metodologias para a investigação em Portugal que estimulam a partilha constante de diferentes e novas técnicas e metodologias na investigação arqueológica. Esta troca de conhecimentos entre estudantes e académicos, portugueses e estrangeiros, enriquecem o repertório de ferramentas disponíveis para a investigação, promovendo estudos cada vez mais robustos e inovadores.

5. Conclusão

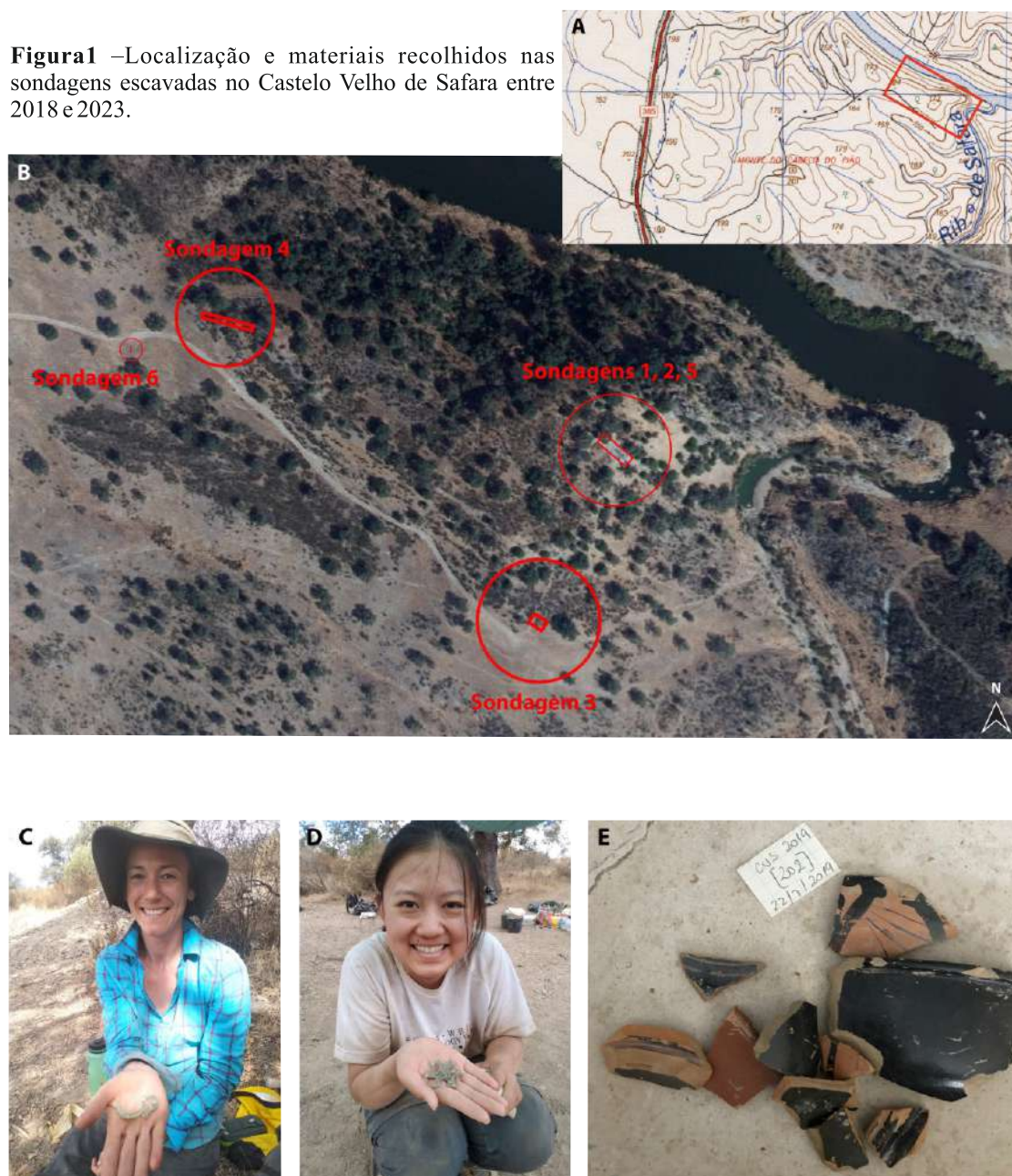
Aquilo que se tem vindo a observar desde Junho de 2018 é que a escola de campo internacional em arqueologia da South-West Archaeology Digs (SWAD), em Safara (Moura), tem vindo a desempenhar um papel importante na promoção da colaboração e entendimento intercultural, ao facilitar a interacção entre alunos estrangeiros e a comunidade local. Essa interacção resulta num ambiente de respeito mútuo e na valorização da diversidade cultural, contribuindo para uma compreensão mais profunda e inclusiva da sociedade actual. Além disso, a presença dos alunos estrangeiros enriquece a sua experiência académica, ao permitir que vivenciem a cultura local e participem num programa académico de escavação. A SWAD beneficia também a investigação arqueológica visto estimular a colaboração entre investigadores e alunos, portugueses e estrangeiros, além de suscitar a partilha de diferentes e variadas abordagens metodológicas e interpretativas que trazem maior robustez e inovação aos estudos a serem realizados.

Paralelamente, a colaboração entre a SWAD e a comunidade local constrói laços de confiança e reciprocidade, fortalecendo a aceitação da investigação arqueológica e sensibilizando para a preservação do património. A promoção da sensibilização, valorização e protecção do património cultural material e imaterial, juntamente com as actividades de arqueologia pública, estimulam a educação, a coesão social e o desenvolvimento das comunidades locais. Por fim, a presença dos participantes da SWAD favorece a economia local, estimulando o turismo e apoiando pequenos negócios, contribuindo assim para o desenvolvimento económico sustentável da aldeia e da região.

Em suma, a arqueologia em Safara contribui e potencia um bem-estar geral entre os estrangeiros e os residentes locais, não se limitando apenas à investigação, mas procurando ter uma abordagem e impacto positivos em aspectos sociais, éticos e humanos na comunidade em que se insere. Reflectindo então sobre a importância do “bem” do ponto de vista da investigação histórica ou científica, e seguindo os pressupostos de Jeremy Bentham em que o “bem” e o “mal” se expressam através das suas acções que, por sua vez, deverão ser avaliadas nas suas consequências e na medida em que contribuem para um bem-estar geral, podemos concluir que a actividade arqueológica da SWAD faz “bem” a Safara e à sua comunidade. Vai-se assim de encontro a várias das recomendações apresentadas na Carta do Porto Santo (2021), acreditando-se que se estão a criar “condições imateriais e materiais para assegurar (...) que cada cidadão e cada comunidade possam escolher participar e responsabilizar-se pelo horizonte cultural de todos” (Carta do Porto Santo, 2021:11).

Imagens

Figura1 –Localização e materiais recolhidos nas sondagens escavadas no Castelo Velho de Safara entre 2018 e 2023.



A) Localização do sítio na Carta Militar.

B) Localização das sondagens 1 a 6 escavadas entre 2018 e 2023.

C) Fíbula em bronze recuperada em níveis Romano-Republicanos na sondagem 1, em Junho 2019.

D) Arreio de cavalo em bronze recuperado em níveis Romano-Republicanos na sondagem 1, em Junho de 2019.

E) Fragmentos de cerâmica ática recuperados na sondagem 2 em Julho de 2019

Figura 2 – Trabalhos de escavação realizados nas seis sondagens investigadas no Castelo Velho de Safara, entre 2018 e 2023.

A) Início dos trabalhos na sondagem 1 em Junho de 2018.

B-C) Resultado final dos trabalhos realizados em Junho de 2018 que colocam em evidência o compartimento 1 anexado à muralha e uma outra estrutura linear.

D) Sondagens 1 e 2 no final da campanha de escavação de Junho e Julho de 2019; verificando-se na sondagem 1 a presença dos compartimentos 1 e 2, um corredor de circulação paralelo à muralha e uma forte estrutura linear, com uma porta e dois degraus de acesso que sugere a entrada para uma zona residencial.

E) Trabalhos de escavação a decorrer nas sondagens 1 e 2 em Julho 2019, notando-se que a sondagem 2 se localiza no exterior do pano de muralha.

F) Escavação na sondagem 2 em Julho de 2019, para investigar as fundações da muralha.

G) Escavação na sondagem 2 em Janeiro de 2020, revelando que a muralha é de cronologia Romano-Republicana, tendo sido construída sobre níveis sidéricos.

H) Resultado final dos trabalhos realizados em Julho de 2022, em que se abriu uma sondagem teste no centro do corredor de circulação no interior do povoado na sondagem 1; início do enchimento da sondagem 2.

I) Início dos trabalhos de escavação na sondagem 1 em Julho de 2023.

J) Resultado final da escavação na sondagem 1 em Julho de 2023, verificando-se a presença de um derrube de parede da Idade do Ferro no canto inferior esquerdo da imagem.

K) Resultado final da escavação em Julho de 2023 na sondagem 1 que revelou uma longa sequência estratigráfica da Idade do Ferro, e da nova sondagem 5 que colocou em evidência vários compartimentos de cronologia Romano-Republicana.

L) Trabalhos de limpeza das sondagens 1 e 5 em Julho de 2023.

M) Pormenor das estruturas visíveis à superfície da sondagem 5 em Julho de 2023.

N-O) Escavação da sondagem 5 e suas estruturas em Julho de 2023.

P) Fim dos trabalhos de escavação realizados na campanha de Julho de 2023.

Q) Resultado final dos trabalhos de escavação realizados na sondagem 3 em Julho de 2022, que revelou a presença de uma estrutura moderna utilizada na criação animal.

R) Trabalhos de escavação na sondagem 3 em Julho de 2023.

S) Sondagem 4 que corta transversalmente os três fossos que se dispõem paralelamente à muralha Romano-Republicana, durante a campanha de Julho de 2023.

T) Trabalhos de escavação a decorrer na sondagem 4 em Janeiro de 2023.

U) Trabalhos de escavação a decorrer na sondagem 4 em Julho de 2023.

V) Sondagem 4 no fim dos trabalhos realizados em Julho de 2023.

W-X) Escavação da sondagem 6 em Julho de 2023 que se verificou de fraca potência estratigráfica e arqueologicamente estéril.

Figura 2







A

Ano (Temporada)	Número de Participantes
2018 (verão)	23
2019 (verão)	30
2020 (inverno)	10
2022 (verão)	12
2023 (inverno)	12
2023 (verão)	18

B

Ano (Temporada)	Feminino (%)	Masculino (%)
2018 (verão)	95	5
2019 (verão)	68	32
2020 (inverno)	68	32
2022 (verão)	65	35
2023 (inverno)	65	35
2023 (verão)	60	40

C

Nível de Educação	Participantes (%)
Ensino Secundário	2
Licenciatura	90
Mestrado	10

D

Idade (anos)	Participantes (%)
15-24	80
25-34	15
35-44	5

E

Ano (Temporada)	Número de Nacionalidades
2018 (verão)	10
2019 (verão)	7
2020 (inverno)	4
2022 (verão)	9
2023 (inverno)	4
2023 (verão)	11

F

Mapa mundial mostrando os países de origem dos participantes em vermelho. Os países incluem: Canadá, Estados Unidos, Brasil, Chile, Argentina, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Turquia, China, Índia, Vietnã, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Austrália e Nova Zelândia.

- 23

Figura 4 –Programa da South-West Archaeology Digs (SWAD) em Safara.

- A)** Alunos estrangeiros no aeroporto de Lisboa transportados com o apoio da Câmara Municipal de Moura em Julho de 2023.
- B)** Exemplo de uma aula teórico-prática sobre cultura material realizada na Casa da Moagem de Safara em Julho de 2023.
- C)** Lavagem e processamento de materiais arqueológicos recolhidos durante as escavações de Janeiro de 2020.
- D)** Exemplo de secagem dos materiais lavados em Julho de 2023.
- E)** Levantamento topográfico pela equipa de arqueologia e de topografia da Câmara Municipal de Moura em Julho de 2023.
- F)** Exemplo de uma visita guiada ao Museu de Arqueologia de Moura em Julho de 2023.
- G)** Exemplo de divulgação dos trabalhos arqueológicos no Castelo Velho de Safara para o programa *Portugal Direto* da RTP em Julho de 2019.
- H)** Exemplo de uma visita espontânea às escavações em Julho de 2023, neste caso da família Malinovska da República Checa.

Figura 4



Figura 5 – Participação e envolvimento da comunidade nos trabalhos de arqueologia desenvolvidos no Castelo Velho de Safara

- A)** Professores e alunos de duas turmas da Escola Primária de Safara de visita às escavações arqueológicas em Junho de 2019.
- B)** Exemplo de uma visita das crianças das Oficinas dos Tempos Livres da Casa do Povo de Safara às escavações em Julho de 2019.
- C)** Dia Aberto em Julho de 2019.
- D)** Visita da Universidade Sénior de Moura e do Centro de Dia da Casa do Povo de Safara às escavações em Janeiro de 2020.
- E)** Exposição de arqueologia *No Princípio Era Um Castelo* realizada durante a Semana Cultural de Safara de 2019 na Casa da Moagem.
- F)** Conferência de Rui Monge Soares sobre a investigação da Idade do Ferro no concelho de Moura no âmbito da exposição de arqueologia em Setembro de 2019.
- G)** Participação dos alunos da SWAD na festa do Mastro em Junho de 2019.
- H)** Festas em honra de S. Sebastião em Safara com participação activa dos alunos da SWAD, em Janeiro de 2023.

Figura 5



6. Referências

- ARNAUD, J.; GAMITO, T. J. (1977), “Cerâmicas estampilhadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal. Cabeço de Vaiamonte (Monforte)”. O Arqueólogo Português. Lisboa, 3ª série: 79, p. 165 -202.
- CONSELHO DA EUROPA (2005), Convenção de Faro. Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade. Conselho da Europa, Faro (Portugal), 27 de Outubro de 2005.
- COSTA, T. (2010), O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado [Policopiado].
- NABAIS, M.; BONETA, I.; SOARES, R. (2019), “Chelonian use in Portugal: Evidence from Castelo Velho de Safara”. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 28: 102054. <https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2019.102054>
- REPÚBLICA PORTUGUESA (2021), Carta do Porto Santo. A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia. Conferência do Porto Santo, 25 de Abril de 2021.
- SOARES, A. M. (2001), “O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar”. *Vipasca*. Aljustrel. 10, p. 57 -64.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1985), “O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia”. *Arqueologia*. Porto. 11, p.87 -94.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. P. (1994), “Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança”. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva e Junta de Andalucía, p. 165 -200.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; ALVES, L.; FERRAZ, M. T. (1996), “Vestígios Metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no Sul de Portugal”. In *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Edições Colibri, p. 553 -79.
- SOARES, A. M.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2005), “Um novo vestígio da prática da metalurgia no Castelo Velho de Safara (Moura)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 215-24.
- SOARES, R. (2021), “Balanço de 8 anos de investigação sobre a Idade do Ferro no Concelho de Moura”. *Lacant. Revista de História, Arqueologia e Património*, 1. Moura: Câmara Municipal de Moura, pp. 6 -38.
- SOARES, R.; NABAIS, M. (2022), “Resultados preliminares das primeiras escavações no Castelo Velho de Safara (Moura)”. In Jiménez Ávila, J., Bustamante -Álvarez, M., Mora Hera, F.J (eds), *Encuentros de Arqueología del Suroeste Peninsular. Zafra, del 9 al 11 de Noviembre de 2018*. Zafra: Excmo Ayuntamiento de Zafra (Badajoz), pp. 881-901.
- SOARES, R.; NABAIS, M.; PEREIRO, T.; DIAS, R.; HIPÓLITO, J., FONTE, J., SECO, L. G., MENÉNDEZ -MARSH, F., NEVES, A. (no prelo), “Uma nova planta do Castelo Velho de Safara através de um levantamento drone -LiDAR: integrando dados arqueológicos e (micro)topográficos”. *Estudos do Quaternário*.

Notáveis da Região de Moura no Século X

António Rei

antoniorei@fesh.unl.pt

Notáveis da região de Moura no século X por António Rei, Ph.D.¹

Uma região algo isolada no Ġarb al-Andalus, pertencente à *kura* de Beja, onde, ainda assim, existiram condições sociais e económicas para que alguns seus naturais se pudessem dedicar aos estudos, e assim terem desempenhos de tal monta que os mesmos tivessem sido registados em memória.

Encontrámos informações sobre dois indivíduos, um diretamente relacionado com Moura, presente na obra *Tarīkh al-ʿulamāʾ al-Andalus* [História dos Sábios de al-Andalus] de Ibn al-Faraḍī².

E um segundo, associado a *Ṭawṭāliqa*, que salvo melhor proposta, a ser futuramente validada pela arqueologia, poderia ser Sobral da Adiça, ou um povoado na mesma zona que tenha sido posteriormente ermado.

Em português o termo “adiça”, hoje algo em desuso, identifica uma mina subterrânea. No texto árabe de Yāqūt, do seu *Muʿjam al-buldān* [Dicionário dos Países]³, quando trata *Ṭawṭāliqa* diz que ali existia uma mina de prata⁴. Acresce que aquele antigo topónimo arabizado, permaneceu naquela zona, ao identificar a Ribeira de Toutalga⁵.

Para este indivíduo, para além das informações presentes em Yāqūt, existe ainda uma notícia, algo mais extensa em Ibn Baṣkuwāl, na sua *Aṣ-ṣila fī taʾrīkh aʾimmat al-Andalus* [Continuação da História dos Guias de al-Andalus]⁶.

¹ “Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0072”

² Abū l-Walīd ʿAbdallāh b. Muḥammad b. Yūsuf b. Naṣr al-Azdī al-Ḥāfīz (351–403/962–1013), conhecido como Ibn al-Faraḍī (v. <https://dbe.rah.es/biografias/4791/ibn-al-faradi>. Consultado a 17 agosto 2023)

³ Sobre Yāqūt, v. ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”, *Cuadernos de Historia del Islam*, 6, Universidad de Granada, 1974, pp. 23-30.

⁴ YĀQŪT, *Muʿjam al-buldān*, ed. Beirute, 5 vols., 1957; trad. parc. portug. REI, António, *O Ġharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, IEM / NOVA FCSH, Lisboa, 2012, p. 189; trad. parc. cast. ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., pp. 60-307, p. 227.

⁵ Topónimo identificado na zona da Serra da Adiça, concelho de Moura (cf. TORRES, Cláudio, “Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica”, *Arqueologia Medieval* n.º 1 (1992), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp.189-202, p. 189; e *Reportório Toponímico de Portugal*, Lisboa, Ministério do Exército, III vols., 1967, vol. III, p. 117: ‘Ribeira de Toutalga’. Acresce que ‘adiça’, do árabe *al-dīsa* > “o trilho ou a passagem subterrânea” (CORRIENTE, Federico, *Diccionario Árabe-Español*, 2.ª ed., Madrid, IHAC, 1986, p. 262), donde o sentido de ‘mina’, enquanto ‘galeria do subsolo’, corroborando a atividade mineira da região.

⁶ IBN BAṢKUWĀL, *Aṣ-ṣila fī taʾrīkh aʾimmat al-Andalus*, (ed. CODERA, Francisco, 2 vols., Bibliotheca Arabico-Hispana, Madrid, 1882-1883), vol. I, n.º 659.

Abū ‘Abd Allah Muḥammad ibn Sa‘dūn, ibn al-Zanūnī al-Maurawwī

(Moura, 322 h / 934 d.C. – Badajoz, 392 h. / 1002 d.C.)

Na obra *Tarīkh al-‘ulamā’ al-Andalus* de Ibn al-Faraḍī, na entrada nº 1386, surge uma notícia sobre um indivíduo de Moura, que viveu no século IV da Hégira, coincidindo com os três últimos quartéis do século X da Era Cristã, tendo falecido no início do século XI.

Vejamos as informações presentes, que analisaremos posteriormente.

Muḥammad ibn Sa‘dūn, habitou no castelo de Moura (*ḥiṣn Mawra^a*), do distrito de Beja (‘*amal Bāja*). Teve a *kunya* (apodo patronímico) de Abū ‘Abd Allah, e era conhecido por Ibn al-Zanūnī.

Começou os seus estudos em Córdoba, onde escutou ‘Imrān ibn ‘Ubayd Allah¹, entre outros.

Viajou para o Oriente no ano 47 (958 d.C.). No Egipto aprofundou os seus conhecimentos, estudando com Ibn al-Ward², Ibn al-Sakan³, Ibn Abī l-Mawt⁴ e Ibn Rašīq⁵ e outros com similares pontos de vista. Em Meca escutou al-Ajurrī⁶ e outros.

Estudou *ḥadīṭ* (tradições proféticas) como o seu mestre Ibn al-Sakan através da sua obra *Kitāb al-Sunan*, e estudou *tafsīr* (exegese corânica) na obra atribuída a Ibn ‘Abbās⁷. E ainda estudou outras obras.

«Escreveu-me um excerto dos seus *ḥadīṭs*, e deu-me a *ijāza* (licença) para a transmissão de toda a sua obra. Era um livro de *ḥadīṭ* pouco seguro, pois faltava-lhe ser validado e certificado⁸».

¹ ‘Imrān ibn ‘Ubayd Allah ibn Sa‘īd al-‘Utaqī, Ibn Qubayluš, Abū Muḥammad, (MARÍN, Manuela, “Nómina de Sábios de al-Andalus” (93-350 / 711-961)”, *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus (EOBA)* I, CSIC – EEA, Granada, 1988, pp. 23-182, p. 73.

² Ibn al-Ward: ‘Abd Allah ibn Ja‘far ibn al-Ward. Mestre egípcio, ou que residiu e ensinou no Egipto. Faleceu em 351 h / 962 d.C. (MARÍN, Manuela, “Los Ulemas de al-Andalus y sus maestros orientales (93-350 / 711-961)”, *EOBA* III, CSIC – EEA, Granada, 1990, pp. 257-306, p. 265).

³ Ibn al-Sakan: Abū ‘Alī Sa‘īd ibn ‘Utmān ibn Sa‘īd ibn al-Sakan. Mestre egípcio, que faleceu em 353 h / 964 d.C. (MARÍN, Manuela, “Los Ulemas de al-Andalus y sus maestros orientales ...”, p. 300).

⁴ Ibn Abī l-Mawt: Abū Bakr ibn Abī l-Mawt, mestre oriental do século IV h / X d.C., que ensinou no Egipto e em Meca (‘ABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt” ..., pp. 230 e 247).

⁵ Ibn Rašīq: Abū ‘Alī al-Ḥasan ibn Rašīq al-Azdī, conhecido como Qayrawānī, famoso historiador, poeta e filólogo, ensinou no Egipto (‘ABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt” ..., p. 111).

⁶ Al-Ajurrī: Abū Bakr Muḥammad ibn al-Ḥusayn ibn ‘Abd Allah al-Ajurrī al-Bagdādī, jurista (*faqīh*) e tradicionista (*muḥaddīṭ*), formou-se em Bagdad, onde ensinou antes de se mudar para Meca, onde foi o Imām da Mesquita de Meca e onde continuou a ensinar. Lá faleceu em 360 h / 970 d.C. (MARÍN, Manuela, “Los Ulemas de al-Andalus y sus maestros orientales ...”, p. 291; ‘ABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt” ..., p. 124).

⁷ *Tafsīr Ibn ‘Abbās* (Comentário de Ibn ‘Abbās ao texto do Alcorão) é uma obra cuja origem é atribuída ao Companheiro ‘Abd Allah Ibn ‘Abbās, (m. 687 d.C.), primo direito do Profeta Muḥammad. Trata-se de uma das obras essenciais e básicas para a compreensão do ambiente que influenciou o desenvolvimento da exegese do Alcorão. (<https://fonsvitae.com/product/tafsir-ibn-abbas-the-great-commentaries-on-the-holy-quran-series>. Consultado em 25 agosto 2023)

⁸ Ibn al-Faraḍī conheceu pessoalmente Muḥammad ibn Sa‘dūn, Ibn al-Zanūnī al-Maurawwī, como se depreende desta passagem.

Faleceu na cidade de Badajoz, numa 4ª feira, nos meados de *Jumadà al-Ulâ* de 392 h. (3 abril 1002 d.C.). Lá foi sepultado no Cemitério dos Leprosos (*Maqbarat al-Marḍà*), e o seu funeral foi muito concorrido.

O seu nascimento, num escrito do seu punho, teria ocorrido em 322 h. (934 d.C.).

Muḥammad ibn Saʿdūn era um homem excelente, virtuoso, em tudo muito correto e um asceta escrupuloso.

Atendendo à onomástica completa do nome de Muḥammad ibn Saʿdūn tudo aponta para que estejamos em presença de um *muladi* de recente data, em que parece que teria sido o seu pai o primeiro a converter-se ao Islão. O seu percurso vital cobre praticamente todo o período do Califado hegemónico omíada, que decorreu entre 929 e 1009.

Começou os seus estudos em al-Andalus, tendo ido diretamente para Córdoba. Foi depois para o Oriente, onde estudou nas principais cidades do Egipto, em especial no Cairo. E dali passou a Meca onde passou um período em que continuou a sua formação com mestres que lá residiam.

Não se sabe quando terá regressado a al-Andalus, mas há informações que para o fim da vida o situam na zona de Badajoz. Fica também o dado que aponta para que, no seu epílogo vital, eventualmente Muḥammad ibn Saʿdūn tivesse contraído lepra ou uma doença epidérmica semelhante, atendendo à sua inumação no Cemitério dos Leprosos, em Badajoz.

Não parece que se tenha radicado em Córdoba; ou, se lá esteve, deve ter abandonado a capital vindo para a região do Garb al-Andalus.

Na sua condição de asceta, talvez se tivesse retirado para Juromenha, castelo do aro defensivo de Badajoz, e próximo desta cidade. Um espaço que mais adiante, nos séculos XI e XII¹⁵, foi referido como local de retiro de místicos, para ensino e / ou para ações militares.

Os seus estudos e condução da sua existência apontam para uma preocupação mística e ascética de vida.

Nunca se terá interessado por estudos na área jurídica. Talvez por essa razão tenha ido logo para Córdoba, já que em Beja, que lhe estava mais próxima geograficamente, predominavam os estudos jurídicos.

¹⁵ Registam-se presenças em Juromenha: no século XI, do sufi Abū Muḥammad ʿAbd Allah ibn Saʿīd ibn Lubḥāj al-Umawī al-Šantajīlī (IBN BAŠKUWĀL, *Aṣ-šila fī taʾrīkh aʾimmat al-Andalus*, ..., vol. I, n.º 593; VELHO, Martin: *Varões Árabes Ilustres do Andaluz Ocidental*, Separata do *Boletim da Junta Distrital de Évora*, n.º 7, 1965, n.º 593); e no século XII, Abū l-ʿAbbās Aḥmad ibn Ḥammām, também conhecido como Al-Šaqqāq. De Córdoba, ofereceu-se como voluntário para a guerra na fronteira, tendo escolhido a *azóia* ou *ribat* de Juromenha (*Julumānya*), como local de destino (IBN AL-ʿARABĪ. *Les Soufis d'Andalousie (Ruh al-Quds et Durrat al-Fakhira)*. trad. ingl. AUSTIN, R.W., versão franc. LECONTE, Gerard. Paris, Sindbad, 1979, pp. 140-141).

Relativamente ao topónimo: há a consciência, da parte de quem escreveu, de que está perante um topónimo não-árabe e eventualmente pré-islâmico, pois ao construir a expressão “castelo de Moura (*ḥiṣn Mawra¹⁶*)” apresenta no caso gramatical, como desinência de genitivo a vocalização em “a” (*fatha*), quando com palavras árabes a mesma desinência de genitivo é feita com “i” (*kasra*). O topónimo, para que não haja dúvidas na sua vocalização, é todo ele vocalizado, até ao caso gramatical, como já referido¹⁶.

O castelo de Moura aparece-nos situado na região dependente de Beja, o que faz todo o sentido, e o topónimo que originou o atual nome da cidade de Moura já existia no século X, e o mesmo poderia proceder do período germânico, ou talvez mais possivelmente ainda do período romano.

Este dado toponímico certamente levará a reequacionar algumas propostas que têm sido aventadas para um eventual topónimo pré-Moura.

Abū Marwān ʿUbayd Allah ibn Faraj al-Ṭawṭāliqī al-Naḥwī¹⁷

(Ṭawṭāliqa [Sobral da Adiça?], 324 h. / 936 d.C. – Córdoba, 386 h. / 997 d.C.)

ʿUbayd Allah ibn Faraj al-Ṭawṭāliqī nasceu em Ṭawṭāliqa¹⁸, de onde tomou a *nisba*, embora numa família com origem em Córdoba. Teve a *kunya* de Abū Marwān¹⁹.

Estudou e transmitiu a partir de Abū ʿAlī al-Baghdādī²⁰, de Abū ʿAbd Allah al-Rabāḥī²¹, de Ibn al-Qūṭiyya²² e de outros. Escreveu discorrendo sobre literatura e sobre o idioma árabe, temas em que foi proeminente. Compôs um excelente livro em que compendiou o tratado *al-Mudawwana*²³, e o qual foi aprovado pelo *qāḍi* Abū Bakr ibn Zarb²⁴. Esta informação foi transmitida por Ibn Ābid.

¹⁶ Sobre esta questão gramatical, v. CORRIENTE, Federico, *Gramática Árabe*, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, Madrid, 1980, p. 92

¹⁷ Vamos privilegiar os dados presentes em Ibn Baṣkuwāl, porque Yāqūt, por ser oriental nem sempre decifra corretamente a caligrafia andalusi, e é mesmo lacunar em alguns pontos. O detalhe importante em Yāqūt é a informação mineira associada ao topónimo. Deixaremos em nota as variantes presentes em Yāqūt.

¹⁸ Yāqūt apresenta o topónimo como “Ṭuṭāliqa” (ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 227).

¹⁹ Yāqūt apresenta duas possíveis kunyas: “Abū Muḥammad” e “Abū Harūn” (ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 227), ambas resultando de leituras onde a palavra “Marwān” estaria redigida de forma pouco clara.

²⁰ Abū ʿAlī al-Baghdādī também conhecido por al-Qālī, (Bagdad, 288 h / 900 d.C. – Córdoba, 356 h. / 966 d.C.), v. ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 184, n. 29.

²¹ Abū ʿAbd Allah al-Rabāḥī: Abū ʿAbd Allāh Muḥammad b. Yaḥyā al-Rabāḥī (m. 358 h. / 969 d.C.) que trouxe para al-Andalus uma cópia do *Kitāb Sibawayhi* (famoso tratado gramática) que ele havia estudado no Cairo (v. DRUEL, Jean “The reception of Sibawayhi’s Kitāb in the West” <https://www.ideo-cairo.org/en/2016/07/the-reception-of-sibawayhi-kitab-in-the-west/> (consultado em 28 agosto 2023). Yāqūt apresenta “al-Rayyāḥī” (v. ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 227), lendo “ya” por “ba”.

²² Ibn al-Qūṭiyya: o maior dos linguistas do Ocidente islâmico do século X. Faleceu em 367 h. / 977 d.C.) v. PONS BOIGUES, Francisco, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos árabes-españoles*, Madrid, 1898, n.º 45; ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 227, n. 240.

²³ Sobre o *al-Mudawwana* e o seu autor, Abū Saʿīd Saḥnūn, v. PONS BOIGUES, Francisco, *Ensayo bio-bibliográfico* ..., p. 30; ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 83, n. 95. A partir da referência a *al-Mudawwana* e até ao final da notícia sobre este indivíduo, Yāqūt apenas refere a data do seu falecimento, sem mais (v. ʿABD AL-KARĪM, Gamal, “La España musulmana en la obra de Yāqūt”..., p. 227).

²⁴ Abū Bakr ibn Zarb: (Córdoba, 16 outubro 929 d.C. - Córdoba, 22 novembro 991 d.C.), *Faqīh* (jurista), *Qāḍi al-Quḍā* (Juiz Supremo) e *Khaṭīb* (Imām da Oração de 6.ª feira) na Mesquita de Córdoba até à sua morte. Autor de uma obra. <https://ibntufayl.org/glossary/ibn-zarb-abu-bakr/> (consultado em 20 de agosto de 2023).

Diz Ibn al-Faraḍī que ʿUbayd Allah al-Ṭawṭāliqī faleceu em Córdoba, numa segunda-feira, em meados do mês de *Rajab* do ano de 386 (agosto 997 d.C.), e foi sepultado na madrugada da terça-feira no Cemitério de *Muʿammara*²⁵, daquela cidade.

De acordo a Ibn Ḥayyān²⁶, o nascimento de ʿUbayd Allah al-Ṭawṭāliqī teria tido lugar no ano de 324 (935-6 d.C.).

Atendendo à onomástica mais completa conhecida de ʿUbayd Allah al-Ṭawṭāliqī, e apesar de ser dito que descende “de gente de Córdoba”, não apresenta qualquer *nisba* que o identifique quer como árabe, quer como berbere, pelo que se tratará de mais um muladi.

Pelo *nasab al-Naḥwī* ficamos sabendo que se trata de alguém que ganhou fama como gramático e erudito nos conhecimentos sobre o idioma. Esses conhecimentos aplicou-os para produzir um excelente compêndio do tratado *Al-Mudawwana* de Saḥnūn, o qual foi validado pelo *Qāḍi al-Quḍā* (Juiz Supremo de Córdoba) Abū Bakr ibn Zarb, um dos mais corretos e fiáveis juristas de então.

Atendendo aos seus mestres, um oriental e outro com estudos no Oriente, parece, no entanto, que ʿUbayd Allah al-Ṭawṭāliqī não se terá ausentado da Península Ibérica, e que todos os seus estudos tiveram lugar em al-Andalus.

O seu renome terá sido o bastante para ter sido referido, por, pelo menos, três autores andalusis de obras biográficas e prosopográficas, pois na notícia de Ibn Baṣkuwāl, este remete para mais dois autores de algumas das suas principais fontes bibliográficas, respetivamente Ibn al-Faraḍī e Ibn Ḥayyān.

Temos aqui um erudito, linguista e escritor, não alguém em que, aparentemente, se evidenciem especiais preocupações de ordem espiritual.

Dois trajetos humanos contemporâneos, do século X d.C., embora com objetivos e preocupações distintas, mas que acabam a dar conteúdos personalizados a uma região e para um período histórico e civilizacional para os quais nunca antes tinham sido identificados quaisquer indivíduos.

²⁵ Cemitério de *Muʿammara*, em Córdoba, o qual fora criado ainda na primeira metade do século IX d.C. (v. TORRES BALBAS, Leopoldo “Cementerios hispanomusulmanes”, *Al-Andalus* XXII (1957), pp. 131-191, p. 167.

²⁶ Abū Marwān Ḥayyān ibn Kḥalaf ibn Ḥayyān (Córdoba, 987 – 29 outubro 1076). Cronista andalusí e erudito (v. <https://dbe.rah.es/biografias/16692/ibn-hayyan>).

El Registro Arqueológico de época andalusí en Aracena, Aroche, Moura y Serpa

Eduardo Romero Bomba

HUM 838 Universidad de Huelva
castillo@ayto-aracena.es

La presencia de la Orden del Hospital en Aracena, Aroche, Moura y Serpa estuvo precedida por un poblamiento andalusí que, gracias a la investigación arqueológica, se está materializando y conociendo. Las secuencias estratigráficas documentadas en los núcleos de Almonaster la Real, Aracena, Aroche, Moura, Serpa y Noudar, demuestran una continuidad temporal y la articulación del poblamiento en torno a estas localidades. Una circunstancia que se mantendrá durante momentos bajomedievales y que, nos viene a explicar el origen del actual poblamiento de este territorio.

Durante la etapa tardorromana o visigoda, precedente a la presencia islámica, se constata arqueológicamente un poblamiento disperso basado en asentamientos de entidad diferente a lo sucedido durante la época romana. Junto a los asentamientos, normalmente de pequeña extensión y las necrópolis hay que destacar la presencia de basílicas paleocristianas. Este poblamiento trasciende a los primeros momentos de la presencia musulmana y se va a mantener una dispersión de hábitats de carácter rural. Una novedad es la aparición de fortificaciones realizadas en mampostería - *ḥuṣūn* - que se encuadran cronológicamente entre los siglos IX al XI. Presentan una serie de elementos poliorcéticos comunes y se ubican en lugares estratégicos. Su función estaba relacionada con las necesidades de defensa de las comunidades rurales, de control del territorio y de explotación de los recursos. También se pueden vincular a los procesos sociales que tienen lugar en la etapa emiral, en especial a las revueltas muladíes, en las que se produce un proceso de encastillamiento.

Durante la etapa emiral se suceden rebeliones de la población muladí contra el estado Omeya que es especialmente significativa en este territorio como reseñan las fuentes. Ibn Ḥayyān cita en su obra *Al-Muqtabis* a Aroche como una de las poblaciones que apoyaron en el año 234 H/848-849 la rebelión de Faraʿ b. Jayr al-Tūṭāliqī, que había obtenido del emir el gobierno de la Cora de Beja. La *nisba* alude a su origen en la localidad de *Ṭuṭāliqa*, que se ubica en las inmediaciones de Moura. Estas revueltas muladíes que se extendieron en el tiempo fueron sofocadas paulatinamente por el estado Omeya, lo que favoreció la proclamación del Califato. Se ponen fin a las revueltas y se nombran gobernadores o caídas como fue el caso de Aroche que actúan como representantes del poder estatal. Ello, está en relación con el inicio de un poblamiento continuado en el tiempo, atendiendo a la secuencia estratigráfica, en lugares como Aracena, Almonaster la Real o Serpa. Es una fórmula política de garantizar la estabilidad, concentrando la población en una serie de núcleos. Se da la circunstancia que esos núcleos poblacionales perviven hasta la actualidad.

Las fuentes árabes citan diversos topónimos que son identificados con diversas poblaciones actuales. Aroche es la localidad que presenta un mayor número de testimonios en las fuentes islámicas, siendo, además, destacada su participación durante la *Fitna* (revueltas muladíes), lo que evidencia su papel político. Su mención en las fuentes árabes destaca sobre otros puntos de este territorio y se refleja en la diversidad de géneros donde se cita: descripciones geográficas, crónica y diccionarios biográficos. Se cita como castillo, ciudad y distrito con las siguientes variantes: *Arūn* /*Awrūš*/ *Arūša*. El geógrafo Yāqūt cita el

topónimo de *Ṭūṭāliqa* integrado en la Cora de Beja, definiéndolo como *balda*. Por su parte, al-Rāzī señala que en el castillo de Totalica eran practicadas actividades minero-metalúrgicas vinculadas a la plata. Su localización es confusa, ya que se ha ubicado en los márgenes de la rivera de Toutalga, en el concejo de Moura. Al-Idrīsī, menciona el topónimo *Šīrbah* entre las estaciones de la ruta de Sevilla a Évora, señalando que entre Aroche y Serpa había un trayecto de 25 millas. Existen diversas propuestas sobre la identificación de la población andalusí de Moura. Una de ellas, sigue el texto de *Ibn al-Faraḡī* que señala la existencia del *ḥiṣn Mūra*. Por otra parte, la documentación de fragmentos de una tinaja con la inscripción estampillada ECLESIECEMARIE / LACANTESIAAGRIPI: "Eclesiae Sancte Mariae Lacaltensis in Agripi" en Moura ha servido de base a la hipótesis para identificar el topónimo *Lacant/Lacanta/Lacalten/Lacalt* con *Danhaka/Dnhkt/Laqant*, citado por las fuentes árabes en los conflictos muladíes junto con Aroche.

Otro topónimo citado por las fuentes es *Qaṭrašāna* con sus diferentes variantes: *Qaṭšāna*, *Quturšāna*, *Qaṭašāna*, *Qaṭrašāna*, descrito como comarca o sierra, *balda* (población pequeña) y distrito de Sevilla. Argumentos geográficos, administrativos, históricos, arqueológicos y toponímicos permiten identificarla en Aracena. La información que nos ofrecen las fuentes islámicas sobre Almonaster la Real se refiere principalmente a una alusión puntual de aspecto administrativo. El geógrafo del s. XI al-Bakrī señala que en tiempos del emir al-Ḥakan los distritos (*āqālim*) de la jurisdicción de Sevilla (*kūra* de *Iṣbīliya*), entre ellos *al-Munastīr*, donde se recaudaba la *yībāya* habían conseguido más de 35.000 dinares. Otra cita sobre Almonaster es sobre la existencia de un oratorio donde se realizaba la *juṭba* y que era un *ḥiṣn* dependiente de Sevilla.

Este territorio formó parte de una encrucijada de límites administrativos durante las etapas emiral y califal, pues, estaba dividido entre las Coras (provincias) de Beja, Sevilla, Mérida, Niebla y Firrīsh. Aroche, Moura y Serpa estaban integrados en la *Kūra* de *Bāṭa*, mientras que la zona oriental (*āqālim* de *al-Munastīr* y *Qaṭrašāna*) estaba bajo la jurisdicción de la *kūra* de *Iṣbīliya* ya que se citan como las más occidentales de su término. Tras la desintegración del califato de Córdoba surgieron los reinos de Taifas y las luchas entre ellos. El territorio de Beja, que era dominado por los aftasíes de Badajoz, pasó a manos del reino de Sevilla regido por los abadíes. La integración en la taifa hispalense se evidencia por la inscripción conmemorativa de la construcción de un alminar en Moura por *al-Mu'taḍid* y el hallazgo numismático en Aracena de dinares del s. XI acuñados en la ceca de Sevilla. Las luchas entre los reinos taifas supusieron el avance cristiano y la petición de ayuda al poder almorávide que acabaron anexionando los reinos de Garb al-Ándalus. Un nuevo poder norteafricano sucedió a los almorávides, los almohades.

Los castillos de Moura, Noudar, Serpa, Aroche o Almonaster la Real fueron erigidos durante la época almohade como defensa pasiva ante el avance cristiano desde Portugal, con la misma funcionalidad que las fortalezas bajomedievales que formaron la Banda Gallega, para defender el flanco occidental del Valle del Guadalquivir. Un ejemplo de ello es *Šīrbah*, integrada en la Cora de Beja, que fue objeto de los

conmemorativa de la construcción de un alminar en Moura por *al-Mu'taḍid* y el hallazgo numismático en Aracena de dinares del s. XI acuñados en la ceca de Sevilla. Las luchas entre los reinos taifas supusieron el avance cristiano y la petición de ayuda al poder almorávide que acabaron anexionando los reinos de Garb al-Ándalus. Un nuevo poder norteafricano sucedió a los almorávides, los almohades.

Los castillos de Moura, Noudar, Serpa, Aroche o Almonaster la Real fueron erigidos durante la época almohade como defensa pasiva ante el avance cristiano desde Portugal, con la misma funcionalidad que las fortalezas bajomedievales que formaron la Banda Gallega, para defender el flanco occidental del Valle del Guadalquivir. Un ejemplo de ello es *Šīrbah*, integrada en la Cora de Beja, que fue objeto de los ataques de Giraldo sem Pavor en la segunda mitad del s. XII, aunque los almohades la volvieron a tomar, incentivando el poblamiento. Uno de sus gobernadores en estos momentos fue *'Ali Ibn. Wazīr*.

Esta necesidad de defensa ante la constante amenaza de los reinos cristianos no fue específica de este territorio, sino que supuso el desarrollo de un programa de arquitectura militar entre la 2ª mitad del siglo XII y principios del s. XIII en otros puntos del suroeste peninsular. Argumentos de orden estilístico y tipológico han servido para establecer cronologías durante ese periodo temporal a las fortalezas del sur de Portugal, Extremadura y Andalucía Occidental. Las fortificaciones de la etapa norteafricana pueden englobarse en la definición de *ḥuṣūn*, pero atendiendo a su funcionalidad podemos diferenciar cuatro tipos de fortificación: cerca urbana, *qaṣaba*, torres y fortificaciones rurales. En Moura las intervenciones arqueológicas no han detectado la existencia de *qaṣaba*, pero han constatado la cerca urbana, áreas habitacionales y la existencia de una mezquita. No sería de extrañar por ello que hubiera un pequeño castillo que ha perdurado como alcázar durante la etapa bajomedieval. El caso contrario es Aroche, donde el castillo es una *qaṣaba* aunque no quedan evidencias de la cerca urbana pero debió contar con ella, siendo desmantelada con la construcción de la muralla artillera.

La poliorcética almohade en Sierra Morena Occidental se caracteriza por unos rasgos comunes que son extensibles a otros puntos de *Garb al-Ándalus*, aunque hay elementos que caracterizan la arquitectura militar de época almohade, como los antemuros, que no han sido constatados en la zona. La poliorcética andalusí durante el periodo norteafricano está significada a grosso modo por el empleo del tapial en las fábricas. Se emplea la fábrica de tapial con la aplicación de una importante presencia de conglomerantes pétreos, escorias, ladrillos y cerámicas. Predomina el denominado tapial común o simple, aunque también está presente el tapial mixto, donde se incorporan otros tipos de fábricas, como hiladas de ladrillos o mampuestos y el tapial encadenado con fábricas de ladrillos en las esquinas de las torres. Predomina el módulo alto, con una altura de 80/85 cm y una longitud de 2,50/2,60 m. Cuentan con decoración de encintado con mortero de cal simulando sillares de aparejo isódomo en los paramentos exteriores. Las torres son de planta cuadrangular o rectangular, documentándose una planta poligonal en los grabados de Duarte D'Armas en las fortificaciones de Moura y Serpa. Pueden tener cámaras que

presentan saeteras abocinadas, aunque normalmente cuentan con terrazas a la altura de los adarves. Existen zapatas sobresalientes o zarpas en la base de lienzos y torres. Las puertas de acceso principal son en recodo y se localizan en el interior de torres. Un ejemplo lo encontramos en Moura. Las poternas se disponen en los flancos opuestos a la entrada principal. Basándonos en el ejemplo de la poterna de la Puerta de la Reina de Aroche, presumiblemente contarían con decoración. Los adarves presentan una anchura entre 1,75 y 2 m, un parapeto con una anchura de 0,50 m, con merlatura y sin parados.

Las evidencias sobre la arquitectura doméstica en Aracena, Aroche y Moura son relevantes para el análisis del poblamiento andalusí. Sus características nos indican que el modelo de otros puntos geográficos está presente en este territorio. Los criterios para la definición de una casa en Mértola, Saltés o Sevilla también pueden ser aplicados en el caso de las viviendas de Aracena y Moura, aunque existen lógicas diferencias en cuanto a dimensiones, calidad de materiales y decoraciones. El modelo se acerca a las construcciones halladas en esos centros urbanos y difiere de las viviendas excavadas en otros contextos poblacionales de *Garb al-Ándalus* o de otras zonas de la geografía peninsular, que han sido calificados como asentamientos rurales sin mayor definición o como alquerías. La planta de las viviendas se distribuye en torno al patio, con una ubicación central, con ambientes de múltiples funciones, entre las que se ha identificado salones con o sin alhanías, zaguanes, cocinas y letrinas. Por tanto, se integra en la definición de la unidad modular compleja estructurada en torno a un patio, o "casa-patio". Los compartimentos son diferentes en cuanto a sus dimensiones y localización en la planta de la casa atendiendo a su funcionalidad. Las puertas de entrada a las viviendas, que contaban con umbral, se localizan en una de las crujías laterales. Se empleaba mortero de cal para los revestimientos de las paredes y se documenta decoración parietal a la almagra formando zócalos o en suelos, pero sin motivos geométricos o vegetales. Se atestiguan refacciones en el pavimento, ya fuera en la sustitución del material (mortero de cal por ladrillo) o en la decoración, lo que indica un especial interés por su mantenimiento. La existencia de canalizaciones, con un diseño cuidado en su trazado, también infiere en la preservación del ámbito doméstico. En resumen, sus características son: planta con jerarquización de compartimentos, un patio con especiales cuidados de presentación que articula la estructura, la presencia de una hidráulica doméstica elaborada y elementos decorativos con pintura a la almagra en paramentos y suelos.

No solo tratamos de caracterizar el poblamiento a partir de la arquitectura doméstica, sino discernir el grado de urbanización, es decir, de establecer si las evidencias arquitectónicas de carácter doméstico nos permiten definir la condición urbana o rural de los asentamientos, así como categorizar los espacios urbanos, minimizando la subjetividad de las definiciones de las fuentes árabes. Un condicionante en la configuración urbanística de Aracena fue la pendiente topográfica del cerro, que obligó a la disposición de las viviendas de forma escalonada, con crujías a distintos niveles y un segundo piso aislando el patio y el resto de la vivienda, al grosor de los muros portantes, al adosamiento de estancias al afloramiento rocoso o

la disposición de las fachadas de las viviendas de una manzana con una similar orientación. Estas características son factores propios de una planificación del núcleo urbano. La agrupación de viviendas de forma consecutiva, con una misma orientación, por donde discurre un vial que permite el acceso a las estructuras domésticas y organiza el espacio en función de las curvas de nivel, nos indican una trama urbana en manzana. A ello se le suma la existencia de canalizaciones sanitarias en ese espacio público. La agrupación de las estructuras domésticas se realiza de forma colindante, ya que su organización espacial comparte paredes medianeras entre vecinos, no están aisladas, se disponen en tramas y los viales se disponen según las curvas de nivel. Es una forma de organizar un tejido urbano, de forma compacta y estructurada. Las características en cuanto a topografía, organización interna del registro habitacional, la tipología y morfología del asentamiento, y la funcionalidad del hábitat permiten acercarnos a su definición como núcleo urbano. Aunque su extensión no permite definir el asentamiento de Aracena como una ciudad, tampoco puede ser considerado como un asentamiento estrictamente rural, pues presenta rasgos característicos del mundo urbano. A ello hay que sumar su emplazamiento estratégico para el control del territorio, que lo aleja de asentamientos destinados exclusivamente a la explotación rural. El asentamiento de Aracena posee una cierta categoría territorial, tanto por lo expuesto anteriormente, como por la cultura material exhumada durante las excavaciones. Consideramos que sería el centro económico, religioso y administrativo del territorio circundante, pero que no alcanza la categoría de ciudad. Esto contrasta con Aroche, que es citada por las fuentes como *madīna* y como centro administrativo, corroborado por la arquitectura militar. Lo mismo sucede con otros núcleos que nos pueden proporcionar una visión de la categoría de las poblaciones de Sierra Morena Occidental, como Almonaster la Real, cabecera de un distrito, y Moura, que cuentan con cerca urbana y mezquita. Las excavaciones en el Castillo de Moura han encontrado vestigios de viviendas en el interior del castillo que fueron amortizadas por restos bajomedievales y de la Edad Moderna, y son una importante fuente de información para analizar el poblamiento del periodo andalusí en esta comarca. Constituyen un importante conjunto de estructuras de época islámica que unidas a las documentadas en Aracena vienen a caracterizar la arquitectura doméstica en esta zona. La continuada ocupación del castillo de Moura, con la adición de construcciones, ha dificultado la lectura global del urbanismo andalusí del hábitat, pero aportan datos sobre él. En el sector sur del castillo se identificaron una calle y áreas de una vivienda islámica de los siglos XII-XIII. En torno a esta calle se organizaban viviendas, de las que se han conservado vestigios parciales. El nivel de desarrollo urbano y las condiciones socioeconómicas de los habitantes del núcleo poblacional de Aracena y Moura se reflejan en la arquitectura doméstica. En el caso de *Awruš* (Aroche) es citada por las fuentes árabes como *madīna* perteneciente a Beja y como centro administrativo, aunque las evidencias sobre la arquitectura doméstica no nos permiten precisar hasta el momento sus características y su urbanismo.

Las prácticas religiosas del islam se materializan en la presencia de edificios de oración o en las prácticas funerarias. Por ello, hemos prestado atención a la denominada arqueología del ritual, donde se integra el análisis de las mezquitas y de las necrópolis, con atributos de los que se pueden deducir información a través del análisis de la arquitectura religiosa y del registro funerario. Uno de los edificios andalusíes mejor conservados es la ermita de la Concepción de Almonaster la Real, modelo de un oratorio islámico. Sus características las podemos extrapolar a las mezquitas que se alzarían en otras localidades: Moura, Aroche o Aracena. El poblamiento andalusí que se ha detectado en estas poblaciones plantea la hipótesis de la existencia de templos islámicos, como parece evidenciar la inscripción de Moura que conmemora la construcción del *ṣawma`a* por *al-Mu`taḍid*, la representación en el sello concejil de Aroche de un alminar rematado con *yāmūr*, o los resultados de la prospección geofísica en la Iglesia Prioral de Aracena. El epígrafe de Moura contiene una grafía propagandística característica de la dinastía *Banū `Abbād* ya que el nombre del monarca aparece nombrado con sus *laqab/s* protocolarios. Además de señalar la existencia de un edificio religioso en el ámbito del actual castillo de Moura, esta inscripción corroboraría la categoría de núcleo urbano y nos aclara el contexto histórico de la zona durante el siglo XI, en el que la comarca formaba parte del reino taifa de Sevilla, lindando con el de Badajoz en unos momentos de expansión de los abadíes. La intervención arquitectónica de *al-Mu`taḍid*, soberano de la taifa hispalense, también denota su carácter de aljama.

En Aroche, al igual que en Moura y Aracena, se interpreta que la ubicación de la mezquita está bajo el templo parroquial, actualmente bajo la advocación de S^a María de la Asunción, un síntoma de la cristianización de un oratorio musulmán. El asentamiento andalusí en el cerro del Castillo de Aracena implica que pensemos también en la existencia de un edificio de culto, al igual que en otras poblaciones de la comarca. Desde el siglo XIX se interpretaba que los rasgos mudéjares en la iglesia prioral eran una evidencia de una mezquita de época almohade, máxime cuando la primitiva advocación del templo era Santa María. Por ello, se realizó una inspección con georradar en el interior de la iglesia Prioral de Aracena, para comprobar si en el subsuelo se detectan restos de una edificación de cronología anterior a la misma. Del estudio geofísico podemos extraer como conclusión la existencia de estructuras murarias que se articulan en una planta que se encuentra soterrada en los primeros tramos del actual templo prioral. Este edificio presenta una orientación S-SE, acorde con los patrones constructivos de los oratorios islámicos en al-Ándalus, que difiere de la planta de la actual iglesia. Estos datos abogan por la existencia en estos núcleos de población de oratorios para las prácticas religiosas, que tras la conquista se convirtieron en templos cristianos bajo la advocación de Santa María, uno de los indicios para rastrear su existencia.

Existen escasas necrópolis excavadas arqueológicamente en este territorio, aunque el registro funerario se constata por la presencia de epigrafía funeraria en otros asentamientos. Sólo contamos con los datos proporcionados con las excavaciones en la Sierra del Coto (Fregenal de la Sierra). Esta *maqbara* nos

permite contar con una muestra para valorar aspectos poblacionales a través de los 57 enterramientos que se han documentado. La necrópolis plasma las características del ritual funerario que dictaminan los preceptos islámicos. Se materializan en los aspectos de la ubicación de la *maqbara*, la ausencia total de ajuares funerarios, la tipología de las inhumaciones y la posición de los cuerpos. El ritual funerario se basa en inhumaciones en fosas, con una posición decúbito lateral derecho de los individuos. Esta *maqbara* permite contar con una muestra de la población del periodo andalusí en Sierra Morena Occidental. Una población con un alto grado de mortalidad en individuos pre-adultos (35,92 %) y adultos (53,84 %), donde un escaso porcentaje del 10,16 % alcanza la categoría de población madura, y en la que se constata que apenas hay una diferenciación por sexos. En 1970, con motivos de unas obras en Moura, se descubrieron una serie de sepulturas datadas en época islámica, pero no fueron objeto de una excavación con metodología arqueológica. Constituyen, junto con el hallazgo de epígrafes funerarios árabes, la evidencia de la *maqbara* de este núcleo poblacional en época andalusí. Cabe resaltar que dos de estos epígrafes han sido datados entre los siglos XIII y XIV, por lo que constituye un testimonio de la pervivencia de población musulmana en Moura tras la conquista cristiana. El hallazgo de epígrafes funerarios en otros lugares como Noudar, Castillo del Cuerno o Almonaster es un indicio de la existencia de necrópolis asociadas al poblamiento con dataciones desde mediados del s. X hasta la 2ª mitad del s. XII.

La defensa andalusí del territorio a principios del siglo XIII estaba carente de un poder político que la mantuviera, por lo que el proceso de conquista se aceleró mediante las formulas de capitulación y de toma militar. El análisis de la conquista cristiana a partir del registro arqueológico de Aracena nos permite valorar el uso de la violencia, ya que se constata el desmantelamiento de la arquitectura doméstica de la etapa andalusí, en base de estratos con abundante presencia de cenizas, la presencia de material bélico o el estado fragmentario y la localización *in situ* de la cultura material. Frente a estas evidencias nos encontramos con un vacío de información sobre el empleo de la violencia en el registro de Moura, Noudar, Aroche o Almonaster. Ello corrobora lo indicado por las fuentes para la conquista de otras poblaciones que fueron tomada mediante capitulación, o por medio del asedio y la toma militar. Un punto no resuelto por la investigación es la fecha de la conquista. Salvo las referencias de las fuentes documentales sobre Moura, Serpa o Montemolín, se habían barajado diversas hipótesis que coinciden en el establecimiento de un periodo de 23 años, en el intervalo de tiempo entre 1230/1234 cuando se produjo la toma de las poblaciones de Serpa, Moura y 1253 cuando se cita a Aroche y Aracena en manos cristianas. Ante el agotamiento de la información proporcionada por la documentación histórica, se ha recurrido al registro arqueológico mediante evidencias de dataciones radiocarbónicas y numismáticas que indican una cronología intermedia de ese periodo temporal, la década de los años 40 del siglo XIII para la conquista de Aroche y Aracena.

Tras la conquista cristiana, el poblamiento se articula en torno a los principales núcleos andalusíes, aunque debemos diferenciar dos momentos cronológicos que abarcan la 2ª mitad del s. XIII. La ocupación

portuguesa del territorio se centra en los núcleos andalusíes (Moura, Serpa, Noudar, Aroche y Aracena), aunque también surgen puntos *ex novo* que se justifican como hitos territoriales que son el precedente del proceso de encastillamiento del s. XIV, que busca atraer población.

Serpa, Moura, Noudar, Aroche, Almonaster la Real o Aracena son núcleos poblacionales donde se constata un poblamiento de etapas precedentes, pero sin que exista una clara continuidad en la secuencia. El registro estratigráfico sí que evidencia una secuencia de poblamiento desde la etapa emiral/califal hasta momentos almohades. Coinciden en que se convierten en los puntos vertebradores del poblamiento, ya que son las localizaciones que presentan una mayor extensión y unas definidas características del registro arqueológico tanto en la arquitectura militar como en la doméstica. El poblamiento se vertebra a través de estos puntos, ya que otras localizaciones con un menor rango se subordinan a ellos y se distribuyen en su entorno.

El actual poblamiento de Sierra Morena Occidental tiene su origen en la etapa andalusí, cuando, frente al proceso de ruralización de la sociedad que se produce tras la etapa romana, surgen los principales núcleos poblacionales que articulan el territorio: Almonaster, Aracena, Aroche, Moura y Serpa, aunque no los podamos considerar como ciudades tal como se desprende de las valoraciones que realizan las fuentes árabes. Interpretamos que responden a la política del estado Omeya tras las revueltas muladíes, que concentra la población frente a una hipotética dispersión del poblamiento durante la etapa emiral. La secuencia de ocupación desde momentos califales indica el inicio de un modelo urbano en esos núcleos en los que se mantiene el poblamiento durante la etapa bajomedieval. Es durante esos momentos cuando se articula un patrón de poblamiento que conoce sucesivas transformaciones durante el proceso de repoblación de los siglos XIII al XV.

Imagens



Figura1- Puerta de la Reina (Castillo de Aroche) tras su excavación arqueológica.



Figura 2 - Planta de la vivienda V (Castillo de Aracena): época almohade



Figura 3 - Inscripción de Moura que conmemora la construcción del *ṣwma'* por *al-Mu'aḍḍ* (444 H. / 1052)

En nombre de Dios el Clemente, el Misericordioso mandó construir /
[este] alminar al-Mutadid billahi /
[al-Mans]ur bi-fadli-llahi Abu Amr"



Figura 4 - Inscripciones funerarias (Castillo del Cuerno, Fuentes de León, Badajoz).

BIBLIOGRAFÍA

BARROCA, M. (2000), Epigrafía Medieval Portuguesa (862-1422). Corpus Epigráfico Medieval Português. Vol. II. Tomo 2. 2188p.

BAZZANA, A. (1995), "Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva)". Casas y palacios de al-Ándalus. Siglos XII y XIII. pp.139-156.

BAZZANA, A., BEDIA, J. (1994), "Saltes y el Suroeste peninsular". Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro internacional de Arqueología del Suroeste. Campos, J.,

PÉREZ, J. A., GÓMEZ, F. (eds.). pp. 619-644.

(2009), "Saltés. Un asentamiento islámico en las marismas del Odiel (siglos IX-XIII). Huelva arqueológica, 21. Diputación de Huelva. 285p.

CANTO, A., ROMERO, E., RIVERA, T. y ROMERO DE LA OSA, O. (2015), "El hallazgo numismático de la taifa de Sevilla en Aracena (Huelva)". Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad, 3. Universidad de Huelva. pp.163-170.

DELGADO, P. y PÉREZ C. (2015), "Últimas excavaciones en la ciudad de Nertobriga Concordia Iulia, Fregenal de la Sierra, Badajoz". VII Encuentro de arqueología del suroeste peninsular (Aroche, Serpa, 203). Medina, N. (Ed.). Aroche. pp.757-775

FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1990), "Nuevos datos arqueológicos acerca del Aroche hispanomusulmán (Aroche, Huelva). Estudio de materiales recogido en superficie", Huelva arqueológica, XII, pp.307-378.

GARCÍA SANJUÁN, A. (2002), "Aproximación al estudio del poblamiento de la Sierra de Huelva en época Andalusí". XVI Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra. Diputación de Huelva. Huelva. pp. 61-90.

(2003), Evolución histórica y poblamiento del territorio onubense durante la época andalusí (siglos VIII-XIII). Universidad de Huelva. 316p.

GIBELLO BRAVO, V. (2007), El poblamiento islámico en Extremadura. Territorio, asentamientos e itinerarios. Junta de Extremadura. 409 p.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (1991), Diplomatario andaluz de Alfonso X. 649p.

GUTIÉRREZ LLORET, S. (2012), "La arqueología en la historia del temprano al-Ándalus: espacios sociales, cerámica e islamización". Histoire et archéologie de l'Occident musulman (VIIe-XVe): Al-Andalus, Maghreb, Sicile. Sénac, P. (ed.). pp.33-66

FRUCTOS ROMERO, M. (2009), "Aroche, tierra de Contienda (s. XIII)". XXII Jornadas de patrimonio de la Comarca de la Sierra. Diputación de Huelva. pp.339-367

- JIMÉNEZ MARTÍN, A. (1975), La Mezquita de Almonaster. Diputación de Huelva. Huelva.107p.
- (2005), "Mezquitas, castillos e iglesias. Notas sobre la arquitectura del siglo XIII en la Sierra de Huelva". La Banda Gallega. Pérez, J.A. y Carriazo, J.L. (eds.). Universidad de Huelva. pp.121-201
- LÓPEZ SÁEZ, J. A., Alba Sánchez, F., Pérez Díaz, S., Núñez de la Fuente, S. y Romero BOMBA, E., (2015), "Análisis palinológico del alcázar del castillo de Aracena (Huelva)". Ligustinus. Revista Digital de Arqueología de Andalucía Occidental, 4. pp.39-49.
- MACIAS, S. y TORRES, C. (1995), "El barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina". Casas y palacios de al-Ándalus. Siglos XII y XIII. pp.165-175.
- MACIAS, S. (1996), Mértola islámica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII). Campo arqueológico de Mértola. 204p.
- MACIAS, S., VALENTE, J. G. y GASPAR, V. (2014), Castelo de Moura. Escavações arqueológicas 1989-2013. Câmara municipal de Moura. 135p.
- PAGARÁ, A., SILVA, N. y SERRÃO, V. (2006), Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Câmara Municipal de Portel. 200p.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1996), "Excavaciones de Urgencia en el Llano de la Torre (Aroche, Huelva)". Anuario Arqueológico de Andalucía, 1992/ III, pp.370-376.
- (1999) "Cerro Salomón y la minería hispanomusulmana en Garb-al-Ándalus". Arqueología Medieval, 6, pp.19-37.
- (2001). "Los distritos islámicos en la Sierra de Huelva". I Jornadas de Cultura Islámica, pp.49-63.
- (2004) "Poblamiento y explotación en el suroeste de al-Ándalus". Paisaje y naturaleza en al-Ándalus. (Roldán Castro, F., Ed.), pp.269-290.
- (2006), "Renegados, rebeldes y protegidos: arqueología y poblamiento muladí en el suroeste de al-Ándalus". Espiritualidad y convivencia en Al-Ándalus. (Roldán Castro, F., Ed.). Universidad de Huelva. Huelva, 91-126.
- (2008), "La producción metalúrgica en el suroeste de al-Ándalus" Minas y metalurgia en al-Ándalus y Magreb occidental, Explotación y poblamiento. (Canto, A. y Cressier, P., Eds.) Collection de la Casa de Velázquez, vol. 102. Madrid, pp.179-207.
- PÉREZ, J. A., CAMPOS, J. y GÓMEZ, F. (1998), "Aproximación arqueológica al castillo de Aracena y a las fortificaciones de la Banda Gallega". Huelva en la Edad Media: reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas 20 años después. Carriazo, J.L. Miura, J. Mª. (eds.). Universidad de Huelva. pp.281-303
- PÉREZ, J. A., RIVERA, T. y ROMERO, E. (2005), La fortificación del territorio en época islámica. La Banda Gallega. (Pérez, J.A. y Carriazo, J.L. (Eds.), Universidad de Huelva, pp.17-66.
- RIVERA, T. y ROMERO, E. (2016), "Las fábricas del castillo de Almonaster la Real (Huelva)". Onoba, 4. pp.135-154.
- ROLDÁN CASTRO, F. (1993), Niebla musulmana (siglos VIII-XIII). Diputación de Huelva. Huelva. 461p.

- ROMERO BOMBA, E. (2020). "El poblamiento andalusí de Aracena (Huelva)", Onoba, nº 8, pp.57-70.
- (2023) "The medieval settlement in the Western Sierra Morena (Spain-Portugal)". Global Journal of Human Science. History, archaeology & anthropology.pp.25-35
- Romero, E. y Rivera, T. (1999), El yacimiento andalusí de Cerro de Sta. María, XII Jornadas del Patrimonio de la comarca de la Sierra, 1997. Diputación de Huelva, pp.239-346.
- (2012), "Los castillos de la banda gallega. Aportaciones a su conocimiento desde la arqueología". Paisajes, tiempo y memoria: acercamientos a la historia de Andalucía. Pérez Macías, J.A., Carriazo Rubio, J. L. y Gavilán Ceballos, B. (Coords.). Universidad de Huelva. pp. Pp.99-128
- (e.p.), El poblamiento rural durante la época andalusí en Sierra Morena Occidental. el caso de la Santa (Corteconcepción, Huelva). Cognoscere Terram. Homenaje al profesor Juan Aurelio Pérez Macías. Delgado, A. y Carriazo, J. L. (eds.).
- ROMERO, E, RIVERA, T. y PÉREZ, J. A. (2012b), "Cerámicas islámicas de Almonaster la Real y Aracena (Huelva)". Arqueologia Medieval, 12. pp.129-144
- SÁNCHEZ, J. Mª y VALOR, M. (2004), El castillo de Cortegana. 228p.
- TAHIRI, A. (2001), Agricultura y poblamiento rural en Sevilla durante la época Abadí. Ayuntamiento de Sevilla. 217p.
- TAHIRI, A. (2007), Rīf al-Magrib y al-Ándalus. Junta de Andalucía. 230p.
- TEIXIDÓ I ULLOD, T. (2015), Prospección con georradar, modalidad 3D, en la ermita de Aracena. Informe inédito. 6p.
- VALENCIA, R. (1985), Sevilla musulmana hasta la caída del califato: contribución a su estudio. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid. 844p.
- VALENTE, M.J., ROSA CORREIA, F., BRANCO, R., ROMERO, E., RIVERA, T. y ROMERO DE LA OSA, O. (2023), "Entre Mouros e Cristãos: primeiros dados sobre a zooarqueologia do Castelo de Aracena (Huelva, Espanha)". IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular.Troia e Setúbal (Portugal), 2016.
- VALOR PIECHOTTA, M. (2008), Sevilla almohade. Junta de Andalucía. 238p.

A Rota
do
Território Hospitalário:
A cooperação transfronteiriça
como ferramenta para
a socialização do património
de fronteira

Nieves Medina Rosales

(Ayto. de Aroche)

ayuntamientoaroche@yahoo.es

Eduardo Romero Bomba

(Ayto. de Aracena)

patrimonio@ayto-aracena.es

Miguel António Paixão Serra

(C.M. de Serpa)

mserra@cm-serpa.pt

Marisa Veiga Bacalhau

(C.M. de Moura)

marisa.bacalhau@cm-moura.pt

José Gonçalo Valente

(C.M. de Moura)

jose.valente@cm-moura.pt

A Raia, uma das fronteiras mais antigas da Europa, foi concebida como um espaço de divisão, de separação, mas na realidade tem sido, em grande parte do tempo desde a sua criação, um território de ligação, de intercâmbio cultural, social e económico e, em última análise, de colaboração. A fronteira entre o Alentejo e a região da Serra de Huelva nunca foi uma barreira física, mas antes se configurou como uma oportunidade e um canal de comunicação entre os dois países. Este projeto acaba por ser mais um exemplo do resultado da participação de Aracena, Aroche, Serpa e Moura em cooperações transfronteiriças com o objectivo de criar sinergias comuns e de promoção do desenvolvimento socioeconómico destes territórios rurais e interiores, dois fatores estreitamente relacionados com o preocupante problema do despovoamento.

Aracena e Aroche são dois dos municípios mais importantes da Serra de Huelva e dão nome a uma das maiores áreas protegidas da Andaluzia, o Parque Natural da Serra de Aracena e Picos de Aroche. No caso de Aroche, o seu município faz fronteira com Portugal, o que significou um constante intercâmbio social, cultural e económico ao longo dos séculos.

Serpa e Moura fazem parte do Alentejo e são dois dos maiores concelhos do distrito de Beja, em área, número de habitantes e indicadores económicos.

Aracena, Aroche, Serpa e Moura partilham uma história medieval comum, que se reflete nos vestígios arqueológicos e monumentais que guardam. Estes municípios partilham também um conjunto de acções, realizadas ao longo dos últimos anos, na socialização do seu património e na promoção de um maior desenvolvimento cultural, social e económico deste território.

Os fundos europeus foram muito importantes no final do século passado e no início do século XXI, para estabelecer novas relações e desenvolver interesses comuns entre municípios de ambos os lados da fronteira. Aroche e Moura, por exemplo, começaram a trabalhar conjuntamente logo em 2004, através do programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg IIIA, na valorização do património histórico-arqueológico, com o projeto “Levantamento Arqueológico e Promoção Histórico-Cultural de Moura e Aroche”. Pouco depois, em 2007, foi desenvolvido um segundo projecto transfronteiriço, com o título “Arqueocultura”, onde Mértola se juntou a Moura e Aroche com o objectivo comum de utilizar o património como motor de desenvolvimento cultural, social e económico, garantindo ao mesmo tempo a sua investigação, protecção, conservação e socialização.

Serpa e Aroche organizaram conjuntamente o VII e VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular em 2013 e 2014. E, por último, Aracena e Serpa, juntamente com Niebla, Castro Marim e Alcoutim, através de uma iniciativa Interreg V, e em 2017 desenvolveram o projeto “Fourtours”, sobre fortificações medievais.

Em 2019, aproveitando a abertura do concurso de Subvenções do Ministério da Presidência, Administração Pública e Interior da Junta de Andaluzia, destinado a promover a cooperação transfronteiriça na

Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, os municípios de Aracena, Aroche, Serpa e Moura decidiram embarcar num novo projecto conjunto, baseado na sua história medieval comum. Este consistiria na criação de uma nova rota turística de âmbito cultural, direccionada para um período que é crucial na evolução histórica deste território do Sudoeste Ibérico.

Com o primeiro projeto de 2019 foram estabelecidos um conjunto de objetivos comuns, entre os quais se destacaram:

- *Divulgação e valorização do património histórico medieval.
- * Socialização da história e património de Serpa, Moura, Aracena e Aroche.
- *Promoção dos municípios através de campanha de divulgação adequada.
- *Promover a investigação sobre a história medieval.
- *Estabelecer canais de cooperação transfronteiriça.
- *Incentivar a participação dos cidadãos em atividades de defesa dos valores patrimoniais.
- *Oferecer capacitação ao setor turístico sobre os aspectos históricos das cidades.

A primeira ação concreta do projeto foi a criação da Rota do Território Hospitalário e a elaboração de um folheto promocional trilingue (português, espanhol e inglês), que permitisse promover esta nova rota transfronteiriça, destacando também os valores culturais e ambientais da Margem Esquerda do Guadiana e da Serra de Aracena e Picos de Aroche. Além disso, o projeto incluiu atividades importantes, como visitas guiadas aos castelos por residentes dos quatro concelhos envolvidos, com o objetivo de aproximar o património e o seu conhecimento das populações locais. Para garantir também a transferência de informação histórica para a sociedade, um dos preceitos básicos da cadeia de valor do património, foram realizadas diversas conferências sobre os castelos e o território, proferidas por renomados medievalistas como Magdalena Valor, Santiago Macias, Paula Pinto Costa, Joaquim Boiça e Eduardo Romero Bomba.

Serpa, Moura, Aroche e Aracena eram importantes povoações do Gharb al-Andalus, denominação do território correspondente ao ocidente da Península Ibérica durante o período muçulmano. Todas elas foram capitais de territórios (*iqlims*), integrados nas províncias (*Coras*) de Beja e Sevilha. Evidências arqueológicas de ocupações desse período são observáveis ainda nas quatro cidades (Romero e Rivera, 2020).

A Ordem do Hospital, comandada por Afonso Peres Farinha, conquistou as vilas de Aroche e Aracena por volta de 1240-50, tendo as suas forças partido de Serpa e Moura onde após a sua captura entre 1230 e 1232, se haviam estabelecido comendas da Ordem (Ayala, 1994; González, 1998)). Após a sua conquista, cederam -nas ao rei Afonso III de Portugal, o que acabou por dar origem ao denominado conflito do Algarve, uma vez que eram também reivindicadas pelo reino de Castela e Leão. Os dois reinos levaram a cabo políticas em seu benefício, na tentativa de os afirmar enquanto parte integrante dos seus domínios, como a concessão pelo rei de Portugal, em 1255, de carta de foral a Aroche ou o estabelecimento de alfândegas em Aracena e Aroche, enquanto que Afonso

X, por sua vez, avançava com a sua inclusão no alfoz ou reino de Sevilha em 1253, tendo outorgado “término” a Aracena, em 1266 (González, 1998; 2005). A disputa só foi resolvida com a assinatura dos tratados de Badajoz em 1267 e de Alcañices em 1297, pelos quais Aroche e Aracena passaram a fazer parte de Castela como terras da coroa, sendo integradas no concelho de Sevilha. Serpa e Moura, que, num primeiro momento (1267), haviam sido integradas em Castela, embora sob a jurisdição da Ordem do Hospital, tornaram-se dependentes de Portugal, de forma definitiva, em 1297 (González, 1998, 2005). As fortificações de Aroche, Aracena, Serpa e Moura têm características comuns. Três delas têm a sua origem no período muçulmano e todas foram objecto de obras durante o reinado de D. Dinis, com o propósito de melhorar a defesa da fronteira (Romero e Rivera, 2012). Este território e os seus castelos, já sem quaisquer funções militares, são agora recursos turísticos e elementos de aprendizagem para melhor compreensão de uma história partilhada.

Destes fatos emerge uma história comum que deve ser revalorizada e dada a conhecer tanto às suas populações como a quem visite estas localidades. Para que tal suceda, é determinante a realização de atividades que coloquem em evidência esta mesma circunstância.

A origem de Aracena situa-se no cume do cerro do Castelo, cujo interior alberga a Gruta das Maravilhas. Durante a época medieval era uma vila fortificada, defendida por uma cerca urbana e pela fortaleza, apesar de existirem vestígios arqueológicos do século X ao XIII que evidenciam a existência de uma população andalusí. É interpretada como a *Qatrasana*, descrita nos textos dos cronistas muçulmanos (Romero e Rivera, 2020). A conquista desta povoação islâmica pela Ordem do Hospital levou à construção do Castelo (Pérez, Campos e Gómez, 1998; Romero, Rivera e Pérez, 2010). A fortaleza de Aracena era composta por pátio de armas e alcácer (palácio fortificado), separados por uma muralha onde se destacava a Torre Maior, na cota mais alta do cerro. Contava com várias portas, mas a principal, protegida por uma barbacã, abria-se no flanco Norte. As suas torres são de planta quadrangular com terraços aos quais se acede através de pequenas escadas desde os adarves na muralha. Para garantir o abastecimento de água em caso de cerco, possuía duas cisternas, no pátio de armas e no alcácer. O pátio de armas, de grande dimensão, estende-se pela zona Este do Castelo. Contava com dependências e armazéns para a guarnição. O Alcácer ocupa a zona oriental do recinto. A sua extensão é menor que a do pátio de armas mas pode definir-se como uma pequena fortaleza dentro do próprio castelo. A Torre Maior tem planta quadrada e contava com dependências interiores, sendo concebida como o último reduto defensivo capaz de resistir após a captura da fortaleza.

A origem do povoamento no cerro do Castelo de Aroche relaciona-se com a existência de um “Castro” da Beturia Céltica, um povoado pré-romano, entre os séculos V e I a.C. (Rivera y Romero, 2005), cujo abandono coincide com o surgimento da cidade romana de *Arucci Turobriga* nas planícies de La Belleza (Bermejo, 2014; Campos, 2009; Campos, Bermejo e Medina, 2013). O Castelo foi construído durante o século XII, na época Almóada, mas durante o período do Califado de Córdoba a povoação assentava no sítio arqueológico conhecido por El Ladrillero, na zona baixa do cerro. A povoação de *Awrus* aparece citada nas fontes árabes em nove

documentos distintos. O Castelo seria a *qasaba* ou alcáçova da população andalusí que provavelmente contaria com uma muralha que posteriormente se ampliou e se acrescentaram bastiões no século XVII. O Castelo, com uma planta retangular, foi construído em taipa e decorado com linhas de cal que simulavam grandes silhares. As torres são de planta quadrada ou retangular e algumas contavam com dependências interiores. O acesso principal era em duplo cotovelo, através do interior de uma torre. Atualmente desaparecida, situava-se no mesmo local que a porta existente. Conserva uma poterna, ou porta da traição, secundária no flanco meridional, conhecida como Porta da Rainha, realizada com dois arcos de ferradura. Após a reconquista cristã, em meados do século XIII, sofreu diversas reformas, sendo a mais importante a conversão da sua praça de armas em praça de touros em 1802.

O cerro do Castelo de Serpa foi ocupado por um povoado pré-romano dos séculos VII a III a.C., mas da época romana são poucos os vestígios conhecidos. Após a conquista islâmica iniciou-se a construção da fortificação nos séculos IX ou X (Antunes, 2012; Braga e Soares, 1982), sofrendo alterações nos séculos XI-XII (Catarino, 1997) já em taipa, a que correspondem os vestígios conservados sob a Torre da Horta. Em 1230/1231 é incorporada em território cristão e com a morte do Infante D. Fernando, senhor de Serpa, passa para a Ordem do Hospital entre 1246 e 1281. Durante este período é integrada no termo de Sevilha por Afonso X em 1253, voltando a mãos portuguesas em 1295 (Boiça, 2018).

Com D. Dinis procede-se à reconstrução do Castelo, edificando-se a Casa do Governador na antiga Alcáçova islâmica. A muralha, que envolvia a Igreja de Santa Maria e a atual Torre do Relógio, possuía torreões de planta circular e quadrangular e uma imponente Torre de Menagem. A vila era protegida por uma muralha dupla com várias torres. No século XVI edificou-se um novo pano de muralhas circundando a barbacã e nos finais do século é incorporado na cerca urbana o Palácio dos Condes de Ficalho, seguindo-se a construção de um aqueduto e uma enorme nora. Em 1707 Serpa é tomada pelo Duque de Ossuna, durante a Guerra da Sucessão Espanhola, sofrendo graves destruições após a explosão do paiol situado numa das torres.

Apesar de haver vestígios de assentamentos mais antigos nos arredores da cidade, apenas na primeira metade do século IV a.C. é que se estabelece um povoado na colina do Castelo de Moura (Macias, 2016). Desde então e até à década de 40 do século XX, praticamente não há interrupções na ocupação humana do sítio. A primeira indicação sobre o nome antigo de Moura, *Lacant*, data do período visigótico, mas é apenas a partir da conquista islâmica da Península, no século VIII, que surgem as primeiras referências à cidade nos textos de cronistas e geógrafos (Macias, 2014). No século XII, mais concretamente em 1166, Moura cai pela primeira vez em mãos cristãs. No entanto, o califa almóada Al-Mansor, em 1190 ou 1191, volta a reconquistar a cidade e manda construir ou reconstruir o seu sistema defensivo. Com esta cronologia subsiste o grande torreão em taipa, sobranceiro ao edifício da Biblioteca Municipal e uma torre, também em taipa mas bastante arruinada, na vertente Norte. Entre o final do século XIII e o século XV têm lugar diversas intervenções no castelo, a mais significativa das quais terá sido a construção do pano de muralha da alcáçova e da torre de menagem, na segunda metade do

século XIV, durante o reinado de D.João I. Do início do século XVI data a construção das torres de Salúquia e do Relógio, bem como do convento de nossa Senhora da Assunção.

A História destes quatro concelhos e dos seus castelos mantém um fio que os une, a participação da ordem do Hospital de São João nas campanhas de conquista levadas a cabo no século XIII e, posteriormente, a sua participação activa na organização e gestão desses territórios. Este tem sido o fio condutor que tem permitido a criação de um roteiro turístico-cultural que socializa o património, aproximando-o e entregando-o à sociedade de forma eficaz. Além da possibilidade de realizar o percurso livremente, seguindo a brochura explicativa, estão programadas atividades e eventos específicos que permitem uma maior interação entre os visitantes e o património. Aqui, como instrumento de socialização, ganham relevância os percursos dramatizados, onde o prior da Ordem do Hospital, Afonso Peres Farinha, pessoa real, cuja lápide na Igreja de Marmelar (Vidigueira), recorda a sua conquista de Aroche e Aracena, permite aos visitantes uma abordagem mais participativa do património, com maior compreensão e atividades exclusivas para que os mais pequenos conheçam a História, de forma divertida.

A Rota do Território Hospitalário foi a primeira iniciativa transfronteiriça que uniu os quatro municípios, mas na sequência das convocatórias anuais do Secretário Geral de Acção Externa do Ministério da Presidência, Administração Pública e Interior do Governo da Andaluzia, de 2019 a 2022, foram apresentados 7 projetos de cooperação vinculados ao Território Hospitalário, liderados pelos municípios de Aracena e Aroche. Desta forma, conseguiu-se dotar a Rota do Território Hospitalário com um folheto explicativo, um vídeo promocional e uma app turística de descarga gratuita, que coloca as novas tecnologias ao serviço do visitante, com ferramentas que o assistem na planificação e lhe permitem aceder a informação em tempo real. Por outro lado, o Roteiro foi complementado com eventos de recreação cultural e histórica, dando origem ao Festival Território Hospitalário, que celebrou a sua 4ª edição em 2023, e que inclui a Mostra de Música Antiga de Aracena, a Noite das Velas do castelo de Aroche e a Feira Histórica de Serpa. Estas novas experiências de conexão entre eventos culturais e recreativos ao património, estão a constituir-se como assinaláveis sucessos no que diz respeito à sensibilização e compreensão do papel do património na sociedade.

A ameaça de despovoamento das zonas rurais do interior, conhecidas em Espanha como “la España vaciada”, não é uma questão exclusiva de Portugal e Espanha. Este problema motivou o início de políticas europeias específicas há décadas, que ainda não tiveram eco a nível nacional ou regional, apesar de o problema ser cada vez mais evidente. A perda de população e o risco de perda de património nas zonas rurais do interior motiva cada vez mais a aposta em planos e projetos de cooperação territorial ligados ao território e aos recursos patrimoniais. O Roteiro e Festival Território Hospitalário destaca um espaço fronteiriço, um espaço rural interior e um espaço que mantém culturalmente laços tangíveis e intangíveis que, através da socialização, podem representar uma oportunidade para o futuro.

O conceito de socialização é relativamente novo, uma evolução do trabalho de divulgação aplicado ao património e intimamente relacionado com o desenvolvimento do conceito de gestão do património, que teve que inventar *mecanismos de comunicación, interpretación y acercamiento, sirviendo de mediador entre la sociedad y su pasado tendiendo puentes en donde ambos han podido reconocerse* (Pérez-Juez 2010). A socialização está relacionada com o que costumava ser chamado de Difusão, como um elo entre o Património e a Sociedade (Martín 2007), mas agora transcende esse termo e inclui a divulgação científica do património, a divulgação e promoção do turismo, a participação dos cidadãos, a conversão do património num recurso e equipamento cultural, num produto turístico e num recurso educativo (Delgado e Jaén 2016). Dentro desta socialização, tem sido dada especial atenção à democratização do património e do conhecimento, para todo o tipo de públicos, recorrendo a ferramentas e metodologias que permitem esta abordagem sem perder o rigor histórico (Medina, 2021; Medina e Campos, 2021). As manifestações culturais ligadas ao património geram um enorme impacto social, cultural e também turístico, mas o mais importante é que a nível local conseguem fortalecer os sinais de identidade colectiva, a relação dos habitantes com o território e a apropriação da história e património pela sociedade local, através da sua participação activa. O património gera um *sentimiento positivo de identidad territorial que afecta o bem-estar individual* (Rausell, 2014). Por outro lado, a divulgação acessível, além de completar o ciclo natural e obrigatório do trabalho arqueológico, representa uma formidável fonte de emprego não só para os arqueólogos, mas também para outros grupos ligados ao património, ao turismo, à cultura, à hotelaria, à arte. ... (Vaquerizo, 2018).

A Rota do Território Hospitalário é uma iniciativa de turismo cultural que dá destaque a um período crucial da história deste território e socializa quatro castelos da Idade Média, que se complementam com os restantes recursos histórico-arqueológicos do território. Esta iniciativa tem sido divulgada em fóruns internacionais de turismo, como a Fitur, e também em encontros de investigação como o Fórum de Turismo de Palmela, dedicado ao tema das Ordens Religioso-Militares na valorização dos destinos turísticos. Não há dúvida de que a pandemia da Covid-19 influenciou uma mudança na forma de usufruir do turismo, com uma redescoberta de centros rurais do interior, locais transfronteiriços como Aracena, Aroche, Moura e Serpa que preservam fortes sinais de identidade colectiva e territorial. O passado pode permitir a capacitação de populações com recursos económicos limitados e apresentar-se como uma ferramenta para o desenvolvimento de comunidades, neste caso, rurais, cuja existência está cada vez mais ameaçada pelo despovoamento.

BIBLIOGRAFÍA:

ANTUNES, A. (2012), “Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve Leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo, in Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Câmara Municipal de Amodôvar, pp.441-464

AYALA MARTÍNEZ, C. (1994), “Alfonso X, el Al-garbe y Andalucía_ El destino de Serpa, Moura y Mourão”. II congreso de Historia de Andalucia. Historia Medieval, Vol. I. Córdoba. pp.289 -304

BERMEJO, J. (2014), Arucci y Turobriga, civitas et territorium : un modelo de implantación territorial y municipal en la Baeturia Celtica. Universidad de Huelva, Servicio de Publicaciones, 2014.

BOIÇA, J. (2018), Serpa na formação do Reino de Portugal: 1166-1295. Câmara Municipal de Serpa.

BRAGA, J., SOARES, A. M. (1982), “Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa”, in Arqueologia 4, pp.116-123.

CAMPOS CARRASCO, J.M. (1998), “La Arqueología medieval en el ámbito o nubense”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.63 -79

(2009), “El urbanismo del municipio romano de Turobriga (Aroche, Huelva)”. Estudio de prehistoria y arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez. Coord. por Rosario Cruz -Auñón Briones y Eduardo Ferrer Albelda. Sevilla. Pp. 465 -482.

CAMPOS, JM., BERMEJO, J. y MEDINA, N. (2013), “La ciudad de Arucci Turobriga y la implantación de Roma en el Norte del Territorio onubense”. Arqueología en la provincia de Huelva. Homenaje a Francisco Javier Rastrojo Lunar. Pp. 221 -234.

CATARINO, H. (1997), “O concelho de Serpa no período muçulmano”, in Arqueologia do Concelho de Serpa, Câmara Municipal de Serpa, pp.153-157

DELGADO, M. y JAÉN, D. (2016), “El conjunto arqueológico de Fuente Álamo (Puente Genil, Córdoba). Quince años de puesta en valor y gestión integral del patrimonio en el medio rural”. RESCATE, del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible. Vaquerizo, Ruiz y Delgado Eds. UCOpres. Pp. 223 -256.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M., (1998), “Huelva, tierra de frontera”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.15-35

(2005), “Conquista y repoblación de la Banda Gallega”, in La Banda Gallega, Universidad de Huelva, pp.67 -78

MACIAS, S., VALENTE, J., GASPAR, V. (2014), “Lacalt e Laqant: da toponímia antiga à Islamização”. O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão, Mértola, CAM.

MACIAS, S., GASPAR, V., VALENTE, J., (2016), “Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013: Textos”, Câmara Municipal de Moura.

MARTÍN, M. (2007), “La difusión del patrimonio. Actualización y debate”. e-rph Revista Electrónica de Patrimonio Histórico, 1. Granada.

MEDINA ROSALES, N. (2021), El patrimonio Histórico-arqueológico del municipio de Aroche (Huelva): Propuesta de un modelo de gestión. ONOBA Monografías nº 9. Universidad de Huelva.

MEDINA ROSALES, N. Y CAMPOS CARRASCO, J.M. (2021), “La gestión del patrimonio desde el ámbito municipal: nuevas perspectivas de futuro para Aroche (Huelva)”. Complutum 32-2

- (2021) Patrimonio Arqueológico: una apuesta por el cambio de modelo social. Homenaje a María Ángeles Querol, editado por Alicia Castillo y Nekbet Corpas. Pp.365-386.

PÉREZ-JUEZ GIL, A. (2010), “La gestión del patrimonio arqueológico: de la tradición al nuevo panorama del siglo XXI”. La ciudad dentro de la ciudad: la gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano. Hidalgo, R. (Ed.), Sevilla. Pp. 23-40.

PÉREZ, J. A., CAMPOS, J., GÓMEZ, F. (1998), “Aproximación arqueológica al castillo de Aracena y las fortificaciones de la Banda Gallega”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.281-303

RAUSELL, P. (2014), “La sostenibilidad económica de los proyectos de desarrollo local basados en el patrimonio”. El pasado en su lugar. Patrimonio arqueológico, desarrollo y turismo, en Vives, J. y Ferrer, C. (Eds.), Valencia. Pp. 5-28.

RIVERA, T. y ROMERO, E. (2005), “Proyecto de restauración del castillo de Aroche (Huelva). El enfoque interdisciplinar en la positivación de criterios de intervención: estudios arqueológicos”. Actas de las Jornadas Los Castillos. Reflexiones ante el reto de su conservación. Alcalá la Real 26-28 de mayo de 2004. Pp. 217-230.

ROMERO, E., RIVERA, T. E PÉREZ, J.A. (2010), “La villa fortificada de Aracena: fases de ocupación”. in V Congreso Internacional sobre fortificación y ciudad. Sevilla, pp.51-55

ROMERO, E., RIVERA, T. (2012), “Los Castillos de la banda gallega. Aportaciones a su conocimiento desde la arqueología”, in Paisajes, tiempo y memoria: acercamientos a la historia de Andalucía, Universidad de Huelva, Huelva, pp.99-128.

- (2020), “El poblamiento Andalusí en Aracena (Huelva)”, in Onoba: revista de arqueología y antigüedad, nº8, pp.57-70

VAQUERIZO GIL, D. (2018), “Detectives del tiempo...Reflexiones sobre pasado, presente y futuro de la Arqueología en España”. Complutum 29 (1). Pp13-36.

Testemunhos
do Tempo que passa.
As danças de Carnaval
nas décadas 70 e 80
do Século XX e hoje:
permanências e mudanças

Virginie Laffon

vlaffon@orange.fr

Nota introdutória

Este trabalho é baseado num trabalho de antropologia realizado há mais de quarenta anos sobre as festividades da aldeia, hoje vila, de Amareleja ¹. Nessa ocasião, pude gravar e fotografar os grupos de danças, que na época constituíam o principal evento que animava o Carnaval da vila. No meu regresso ao terreno este ano tive a oportunidade de assistir ao Carnaval. Pareceu-me interessante -numa óptica comparativa - de ver como as danças tinham evoluído e analisar se constituíam ainda o fórum político e crítico que as caracterizavam na época.

Situada na Margem Esquerda do Guadiana, no extremo Norte do concelho de Moura, Amareleja é uma povoação de 2.027 residentes (Censo 2021) característica do interior alentejano. A actividade económica depende principalmente de um sector primário deprimido, grande parte da população vive de receitas exteriores ao sector agrícola e as alternativas de desenvolvimento são escassas com exceção da transformação e venda de produtos locais (queijos, vinho, enchidos) e do turismo. Popularizada por ser a terra mais quente do país, abriga desde 2008 uma central fotovoltaica uma das maiores da Europa. Desde a integração do País na União europeia e a livre circulação dos cidadãos, os intercâmbios com o país vizinho desenvolveram-se. Enquanto os Espanhóis vêm aproveitar a oferta gastronómica enchendo tascas e restaurantes, reformados oriundos da Europa do Norte chegam à procura de lugares de recreio. Pouco a pouco um espaço que dantes era de produção agrícola torna-se num espaço de consumo².

As danças: um teatro de rua satírico

Objecto de uma encenação colectiva, a *dança* de Carnaval consiste numa série de versos críticos cantados mimados e dançados ao som de um acordeão por grupos de jovens.

O texto é obra de um *mestre*, de um homem que sabe fazer versos, que tem *a arte de armar uma dança*. As danças, também conhecidas como estudantinas³ são muito semelhantes, na sua forma e conteúdo, às *murgas* andaluzas⁴. Na realidade são uma variação das brincas da região de Évora⁵ e testemunham um fundo cultural comum a uma grande parte do sul da península ibérica. Pertencem à mesma família das *loas* do norte de Portugal⁶.

Os grupos reúnem dez, doze, e até vinte pessoas. Antigamente só os homens participavam, a presença de raparigas nos grupos data dos finais dos anos 60. Frequentemente composto por jovens celibatários, os grupos podem incluir adolescentes e homens adultos, *sempre pronto p'rá brincadeira* ou *amigos do cante*. Alguns

¹ Laffon, 1994

² Radich, Baptista, 2021

³ Lobato, 1961

⁴ Gilmore, 1986

⁵ Matos, 1985

⁶ Pereira, 1979

acompanham o mestre durante vários anos. Se para entrar numa dança basta querer, verifica-se existir sempre laços de parentesco ou vizinhança, muitas vezes ambas, entre os participantes.

Uma dança consiste em uma dúzia de quadras. A primeira estrofe é tradicionalmente uma apresentação : *Cá estamos mais uma vez, A divertir o Carnaval, Só p'ra dizer as verdades, Como é habitual*¹; e a última anuncia a retirada do grupo e o pedido de esmola : *Desculpe qu'isto é Entrudo, Não devem ficar zangados, Deem todos vinte escudos, E mostrem bonito agrado*².

As rimas são feitas na forma alternada: ABAB ou às vezes AABCCB se for um sexteto, menos comum. Pode haver exceções, às vezes a rima não é respeitada.

Todos os membros do coro estão vestidos da mesma forma, homens e mulheres. Representando a comunidade, eles testemunham visualmente a sua unidade. O traje pode relacionar-se com o tema escolhido, com a historieta contada, mas geralmente compõe-se de um chapéu preto ou boina, uma camisa branca, um lenço colorido em volta do pescoço, uma cinta vermelha, colete e calças, ou saia.

Dois a três indivíduos, escolhidos pelas suas capacidades como comediantes, mas sobretudo pelo seu gosto pela representação, desempenham as diferentes personagens que variam de acordo com a história contada. Um diálogo cantado estabelece-se entre as personagens, no qual o coro intervém para comentar, julgar e avisar. Neste mimodrama colectivo, sátira e paródia estão constantemente presentes e sancionam os contraventores dos valores comunitários assumidos pelo coro, que rodeia os actores.

A coreografia das danças utiliza o círculo: os actores vão no meio rodeados pelo coro que é rapidamente cercado pelo público. Essa coreografia lembra a do "baile de roda", uma dança popular muito difundida nesta parte do Alentejo no início do século passado³. No plano musical, o acordeonista pode inovar ou construir um "estilo" a partir de melodias antigas. O ritmo é marcado pelo bater de castanholas e pandeiretas às quais são atadas longas fitas coloridas.

Precisamos recordar aqui que durante o Estado Novo, os versos tinham que estar sujeitos à vigilância das autoridades administrativas, que, após medir o seu potencial subversivo, davam sua aprovação⁴. Tudo estava na arte da ocultação e do segundo sentido. Dos finais dos anos 60 e até Abril de 1974, as danças que tivemos oportunidade de consultar levavam a assinatura do regedor. As danças enquanto criação artística das camadas subalternas não despertaram o interesse das elites locais que eram frequentemente eleitas como alvo de críticas.

¹ *A Política* (1976) António José Costa Figueira

² *Meu povo, cheguem p'ra cá* (1984), ibidem

³ Nunes, 1899

⁴ No país vizinho, a repressão foi ainda mais drástica. Em 1937, enquanto a Espanha estava no meio da Guerra Civil, o governo geral do Exército Rebelde publicou uma ordem circular que proibia a celebração dos carnavais. Ordem renovada pela Estado em Janeiro de 1940. Os Carnavais renasceram com força após a morte do ditador, entre os quais o Carnaval da cidade de Badajoz, município da província raiana de Estremadura, conhecido pelas suas murgas.

Carnaval e as danças quarenta anos atrás

Naquela época, o Carnaval ocorria durante dois a três dias e era considerado o período mais alegre do ano. Era comum encontrar nas ruas jovens e idosos, totalmente disfarçados e vestidos de entremezes com criatividade e com aquilo que encontrassem sendo a gama de acessórios reduzida¹. As danças eram o maior evento daquela festa e eram ansiosamente aguardados pelas pessoas. Os ensaios que se desenrolavam nas semanas anteriores em segredo, despertavam uma grande excitação junto dos mais novos que tentavam infiltrar-se nas casas onde o grupo se reunia ou ficavam escondidos à porta para ouvir os versos.

Nestes anos, havia pelo menos quatro *mestres*² capazes de compor e organizar uma dança em Amareleja. O mesmo grupo frequentemente apresentava duas versões das danças, uma na Segunda-feira e a outra na Terça-feira gorda, considerada mais séria. A primeira versão estigmatizava escândalos matrimoniais e comportamentos exagerados de alguns membros da comunidade no vestuário ou no comportamento social. O objectivo principal era divertir. Enquanto que a dança dita *séria* evocava os acontecimentos relativos a toda a aldeia, em ligação directa com o dia a dia da comunidade. Nesta, o conjunto do grupo cantava e mimava em uníssono uma série de pequenos quadros que apontavam e denunciavam as carências: a ausência de assistência médica, a falta de trabalho, as injustiças sociais, o bem-estar de alguns, a miséria dos outros.

As danças dos anos que seguiram o 25 de Abril relatavam as mudanças que afetavam o país e a região³. As expectativas criadas pela mudança de regime, a esperança despertada pela criação de coletivos dos trabalhadores, as ocupações das terras, a criação de cooperativas, e o empenhamento dos trabalhadores rurais na procura de uma vida melhor eram os assuntos centrais. Os grupos afirmavam-se como actores da sua própria história e alertavam para as falsas promessas. Direito ao trabalho, igualdade, união, justiça social eram as reivindicações dos trabalhadores agrícolas que tinham lutado durante décadas contra o desemprego num contexto de repressão permanente.

Os versos das danças cantavam as conquistas de Abril e defendiam um *comunismo popular*⁴ enraizado na vivência quotidiana dos membros dos grupos.

- *Tantos anos subjugados, Sem podermos falar, O suor dos desgraçados, Todos o queriam roubar, Esses intermediários Que não querem trabalhar, Combinam-se com os agrários Para o Povo explorar (1975)*⁵

¹ Hoje o negócio apoderou-se do calendário festivo e oferece via as *lojas chinesas* e a internet um leque alargado de adereços e disfarces

² António José Costa Figueira (*o Francês*) e José Luís Perico, já falecidos, Domingos Augusto Prazeres Jorge (*Cara de Bolacha*), José Agostinho Costa Prazeres (*Zé Cachamelo*), todos assalariados rurais ou pedreiros

³ Baptista, 1978

⁴ Soeiro, 2013, ver a introdução do Fernando Oliveira Baptista

⁵ *Mais um ano e nós cá estamos*, autor Domingos Augusto Prazeres Jorge

- *Portugal país brilhante, Deu uma lição ao mundo, Não queremos fascismo à frente, O trabalho é que faz tudo, Nós portugueses lutamos, P'ra bem da humanidade, Bem se sabe o que queremos, União na sociedade (1976)*¹
- *Temos uma cooperativa, Num sítio bem situada, Perante a Reforma Agrária, Ainda está endividada, Ali há de tudo um pouco, Um talho bem preparado, Eles estão embigadinhos, E assim meio aburguesados (1977)*²
- *Já morreu o Oliveira, Que nunca chegou a dar fruto, Fez a guerra em brincadeira, Pôs muita gente de luto (1979)*³
- *Cá trazemos na presença, Uma moça sem consciência, Já corrida no estrangeiro, Até se joga a velhada, Completa e descarada, Pela ambição do dinheiro (1981)*⁴
- *País pequeno, Pode ser industrial, Se houver governo, Que o bem saiba orientar, Sem falsidade, E com mais compreensão (1982)*⁵
- *Um abril tão desejado, Apenas serviu de engodo, Devia ser respeitado, P'ra benefício de todos, É toda gente a pagar, Alguns erros praticados, Mas quem vive a trabalhar, É o mais prejudicado (1984)*⁶

O uso de adereços era comum para ilustrar uma ideia, simbolizar uma personagem ou uma situação. Numa dança composta em 1976⁷ o grupo entoava uma quadra para evocar o governo em vigor na altura. Tratava-se do sexto Governo provisório liderado pelo almirante José Pinheiro de Azevedo. A dança dizia assim: "*Ainda vamos no cesto / Ponham-se a pau camaradas / Acabou-se o parentesco / Lutem na berma da estrada*", enquanto um dos participantes cantava agitando ostensivamente uma pequena cesta de vime que segurava na mão. O jogo de palavras usava a homofonia existente entre "cesto" e "sexto". O Primeiro ministro era simbolizado por um raminho de pinheiro.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Quarenta anos passaram desde a minha recolha de danças. Os tempos são outros. O país integrou a família europeia das democracias liberais, o que levou a grandes mudanças. A contra-reforma agrária deu cabo das experiências colectivas e o contexto político económico e social não tem nada a ver com aquilo que era na época. Até a paisagem da Margem Esquerda se transformou! O montado deu lugar às culturas intensivas de regadio, isto quando não é substituído por painéis solares.

¹ *Portugal país brilhante*, autor José Agostinho Costa Prazeres

² *Cá estamos mais uma vez*, autor António José Costa Figueira

³ *É com o maior prazer*, autor Domingos Augusto Prazeres Jorge

⁴ *Cá trazemos na presença*, autor Domingos Augusto Prazeres Jorge. A dança retrata num modo humorístico o casamento de uma jovem com um velho viúvo endinheirado.

⁵ *Não existe o vice-versa*, autor José Agostinho Costa Prazeres

⁶ *Um Abril tão desejado*, José Agostinho Costa Prazeres

⁷ *A política*, António José Costa Figueira

Entretanto a Amareleja não escapou aos ventos do tempo e da mudança. A agricultura deixou de ser a principal fonte de rendimento para os seus habitantes. A falta de oportunidades de emprego local para os jovens contribuiu para o êxodo de uma parte da população, e a consequente perda de um quinto dos seus residentes se comparamos os valores dos Censos 2021 com os de 2011¹. Até hoje a barragem do Alqueva não beneficiou as terras da freguesia e tendo em conta as modificações climáticas e a falta de água, a esperança de que isso venha a acontecer é pouca. As antigas herdades controladas foram devolvidas aos seus donos que as venderam ou as cercaram tornando-as reservas de caça ou empreendimentos turísticos. A Amareleja vê-se hoje em dia confrontada com a desertificação que atinge muitas terras do interior.

No entanto as danças continuam a animar o Carnaval. Em 1992, a Junta de freguesia organizou pela primeira vez um concurso de danças com um júri que entregou prémios a cada grupo de acordo com a sua classificação². Essa decisão era por um lado destinada a salvaguardar as práticas culturais e paralelamente a atrair forasteiros, contribuindo de certo modo para institucionalizar as danças, estimulando a emulação e despertando nas povoações vizinhas um espírito de competição³. Nos anos seguintes grupos oriundos dessas aldeias vieram apresentar as suas danças. Como sublinha Paula Godinho no seu trabalho sobre a Festa dos Rapazes no Norte «revitalizada a festa universaliza uma imagem da localidade que em simultâneo mostra e ajuda a edificar uma identidade local»⁴

Os participantes dos grupos já não são na sua maioria ligados à terra, trabalham nos serviços, no comércio, nas autarquias, certos jovens estão empregados fora e só voltam aos fins de semana. O leque de instrumentos musicais utilizados para acompanhar as danças alargou-se, além do acordeão - que continua sendo o instrumento básico - não é raro ver jovens músicos tocar guitarras (violões), zambombas e até bombos.

O mundo visto pelos amarelejenses

As danças analisadas ao longo deste quase meio século revelam-se como um diário de bordo, ecoando e registrando os acontecimentos mais marcantes que fazem sentido para os habitantes⁵. As danças no seu conjunto cronológico podem ser encaradas como o livro da história da comunidade, traduzindo através de cenas satíricas e cómicas a sua visão do mundo em transformação permanente.

¹ Amareleja sofre a maior perda de população das freguesias do concelho :- 20,94% entre os censos de 2021 e 2011. <https://www.publico.pt/2021/07/29/sociedade/noticia/populacao-concelho-freguesia-subiu-desceu-ultima-decada-1972283>

² Dulce Simões, 2021, p. 228. Ver detalhe dos prémios concedidos neste ano

Queremos fazer referência ao rico trabalho desenvolvido por Dulce Simões na raia luso - espanhola e disponível online <https://culturaexpressiva.wordpress.com>

³ A seguir a sangria demográfica dos anos 40-50 do século passado, as danças haviam caído em desuso nas povoações vizinhas da Póvoa de São Miguel, Safara, Santo Amador, Granja, Santo Aleixo da Restauração e Moura, enquanto na populosa Amareleja perduraram. O interesse pelas chamadas “coisas do passado” tem levado à revitalização das danças.

⁴ Godinho, 1998, p.46

⁵ No seu conjunto as danças constituem uma fonte de informações para os historiadores e os antropólogos. É tão verdade que quando me encontrava afastada do terreno nos anos 2000 e queria saber das novidades acontecidas em Amareleja, procurava as danças do ano através da internet.

Se os anos que precederam a pandemia foram bastante animados como o provam os vídeos postos no YouTube, este ano só saiu uma dança apesar de ser um Carnaval promovido pelas autarquias locais, nomeadamente a Junta de freguesia e a Câmara Municipal. Apresentada pelo grupo da Hortense Lameiras, a dança levava dezoito participantes entre os quais treze mulheres e cinco homens. Os versos tinham sido pedidos a Domingos Augusto Prazeres Jorge¹, a quem foi indicada a melodia escolhida bem como os temas seleccionados. Se hoje se escolhe primeiro o tema musical ao qual se ajustam os versos, antigamente os mestres costumavam compor as quadras primeiro e a seguir trabalhavam com o tocador até encontrar uma música que se ajustasse².

Entre os temas recorrentes, nota-se o casal desunido - o homem que se embriaga na taberna, a mulher sem dinheiro que o enganou ou o enganará -, as obras nunca acabadas, os serviços e equipamentos públicos que fazem falta, a ineficácia das autoridades administrativas, crítica que se estende ao país e ao governo, o cannabis - há anos já que o “charro” é apontado e seu uso já trivializado³. Se a transgressão carnavalesca era a prerrogativa dos homens que eram os únicos a se vestirem de mulher antigamente, hoje as raparigas também aparecem vestidas à homem. A libertação ocorrida na sociedade reflete-se nas cenas mimadas. O casamento para todos, votado em 2010, não deixou de ser apontado com malícia pelos grupos. Uma dança retratava há pouco tempo uma cena passada entre um velho e um casal homossexual reivindicando o direito a diferença através de versos humorísticos. Depois de alusões picantes o coro terminava assim: «*Eles têm namorados, Elas têm namoradas, É tudo uma grande caldeirada*».

As danças não deixaram também de acompanhar a lenta deliquescência da agricultura. Posteriormente à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, sublinhavam os efeitos da integração económica, e diziam assim: *A agricultura está morta, Andamos todos às ansias, Vamos pintar os tractores, Para fazer ambulâncias (!)*⁴

Mais recentemente, denunciavam a exploração dos imigrantes asiáticos empregados nas culturas intensivas. Um actor ia no meio vestido de indiano e cantava: *Venho do Nepal, Para Portugal, Não ganho um centavo, Sou quase um escravo, Tenho que aguentar, Para trabalhar*⁵.

Falando de mudança, para além da invasão dos telemóveis que metem a planeta na ponta do dedo, o que mais impressiona é a presença das mulheres, não só nas danças mas na vida pública no seu conjunto. Elas animam e criam associações, participam na universidade séniores criada em fevereiro passado – cuja presença é maioritária - abrem cafés e afirmam-se como cidadãs activas.

¹ Esse antigo mestre foi solicitado devido ao falecimento do professor do ensino secundário que costumava escrever as letras para o grupo.

² Durante a guerra colonial, José Agostinho Costa Prazeres na altura combatente no Ultramar enviava os versos para o grupo com o qual ele costumava sair, para que eles pudessem ser ensaiados na sua ausência. Os versos relatavam os perigos ocorridos no terreno e o sofrimento compartilhado pelas famílias e os seus filhos.

³ A lei de 2001 despenalizou a posse e o consumo do cannabis em pequena quantidade para uso estritamente pessoal. Essa política inovadora é regularmente citada nos debates públicos.

⁴ *Agricultura e a CEE* (1994), Arquivo da Junta

⁵ *Vimos cá cantar*, Carlos Paredes (2020)

Enquanto sujeitos da sua história, os grupos falam sempre em nome de um "nós" preocupado com o bem comum onde a igualdade continua a prevalecer. Na ajuda financeira dada pela Junta, os grupos acabaram para optar por uma retribuição igual para todos (150 euros para cobrir as despesas dos ensaios).

Entre passado e futuro

Ao longo de quase meio século, podemos constatar que a estrutura inicial das danças não sofreu alterações. A encenação, a coreografia - a roda com os que vão no meio -, o acompanhamento musical, são idênticos. Poderá haver algumas modificações no vestuário devido ao individualismo de alguns mas é raro fugir à indumentária do costume. Também o percurso inscrito no território, comparado com aquele que conheci, não mudou. Os grupos param para actuar nos mesmos pontos estratégicos da Vila: em frente da Igreja, da Junta, dos cafés, no Regato e nas Quatro Esquinas. No fim do dia, depois da longa caminhada, todos se juntam para um jantar oferecido pela Junta. Fazem-se as contas do peditório repartindo-o de maneira igualitária entre os participantes¹.

Apesar de ouvir frequentemente os mais velhos dizerem que o “*Carnaval não é o que era antigamente*”, fazendo assim referência a um passado embelezado e as vezes lamentando uma juventude já perdida, - frase que já ouvia há quarenta anos -, o Carnaval continua.

Os amarelejenses expressam o seu apego às danças como sendo uma herança dos antigos e que não se deve perder, eles estão cientes do seu possível desaparecimento. Várias danças apontam esse risco: *Vimos cá cantar, P’ra não deixar, Esta tradição...Já estamos velhos, Os novos são poucos, As ruas vazias*². *Carnaval uma lembrança /Por todos é festejado /Ele já nos veio de herança / Dos nossos antepassados*³

Receiam o desinteresse dos mais novos para uma forma de entretenimento que requer disponibilidade para os ensaios e jeito para escrever versos, além da necessária presença de músicos que não estão sempre disponíveis. A arte da versificação não é dada a toda gente⁴ apesar de certos velhos mestres terem uma estupenda facilidade para armar quadras. Recentemente um grupo começava assim: *Isto é a nossa bonita dança, Não teve muito tempo p’ra ensaiar, Tivemos que ir buscar versos antigos, Aos nossos antigos p’ra pudermos cantar, ... vamos falar do presente, Esta foi a única solução para podermos cá estar, Assim continuar esta nossa bonita tradição*⁵

O facto das danças serem incluídas hoje num conjunto de eventos festivos mais amplo: casamento burlesco, desfiles de vários grupos entre os quais os das crianças das escolas e dos músicos da Sociedade

¹ No final dos anos 70, o dinheiro juntado durante o dia, uma vez repartido entre os membros do grupo, correspondia mas ou menos ao valor de uma jorna de trabalho. Hoje nem chega a isso.

² Dança do grupo de Carlos Paredes (2020)

³ Dança do Grupo da Hortense Lameiras com letras de Domingos Prazeres Jorge (2023).

⁴ Os processos de criação por parte dos poetas e dos versificadores pertencentes a um mundo de transmissão oral aproximam-se daqueles que governam a memória colectiva dos músicos descritos por Maurice Halbwachs.

⁵ Dança do grupo de Carlos Paredes (2018) https://www.youtube.com/watch?v=zBGzcZOY_M4

Filarmónica União Musical Amarelejense, pode ao longo do tempo relegar as danças a um divertimento ultrapassado. O gosto do público escolhendo eventos mais em sintonia com a chamada modernidade.

Todavia sendo o turismo, como as festas, considerado hoje como um meio de desenvolvimento local, não apenas pelo poder local como pelas instituições internacionais e os programas europeus¹, as danças podem beneficiar do efeito de patrimonialização², que recupera certas práticas culturais promovidas como elementos de atratividade. O facto das danças constituem um elemento de identidade da Amareleja – a Vila orgulha-se da «fama» delas – pode contribuir para que elas perdurem. Só que correm o risco de perder a sua força de denúncia e de crítica acutilantes para se tornarem uma simples sucessão de quadros descritivos sem força de contestação reproduzindo modelos alheios à vivência local. Será que resistirão à influência de uma cultura dominante e universalizada cujas imagens são impostas pelos meios de comunicação social e sobretudo pela televisão? Só o futuro dirá.

¹ Simões, 2023.

² Ver sobre isso o reconhecimento pela UNESCO do Cante alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade é um bom exemplo de patrimonialização.

Imagens.

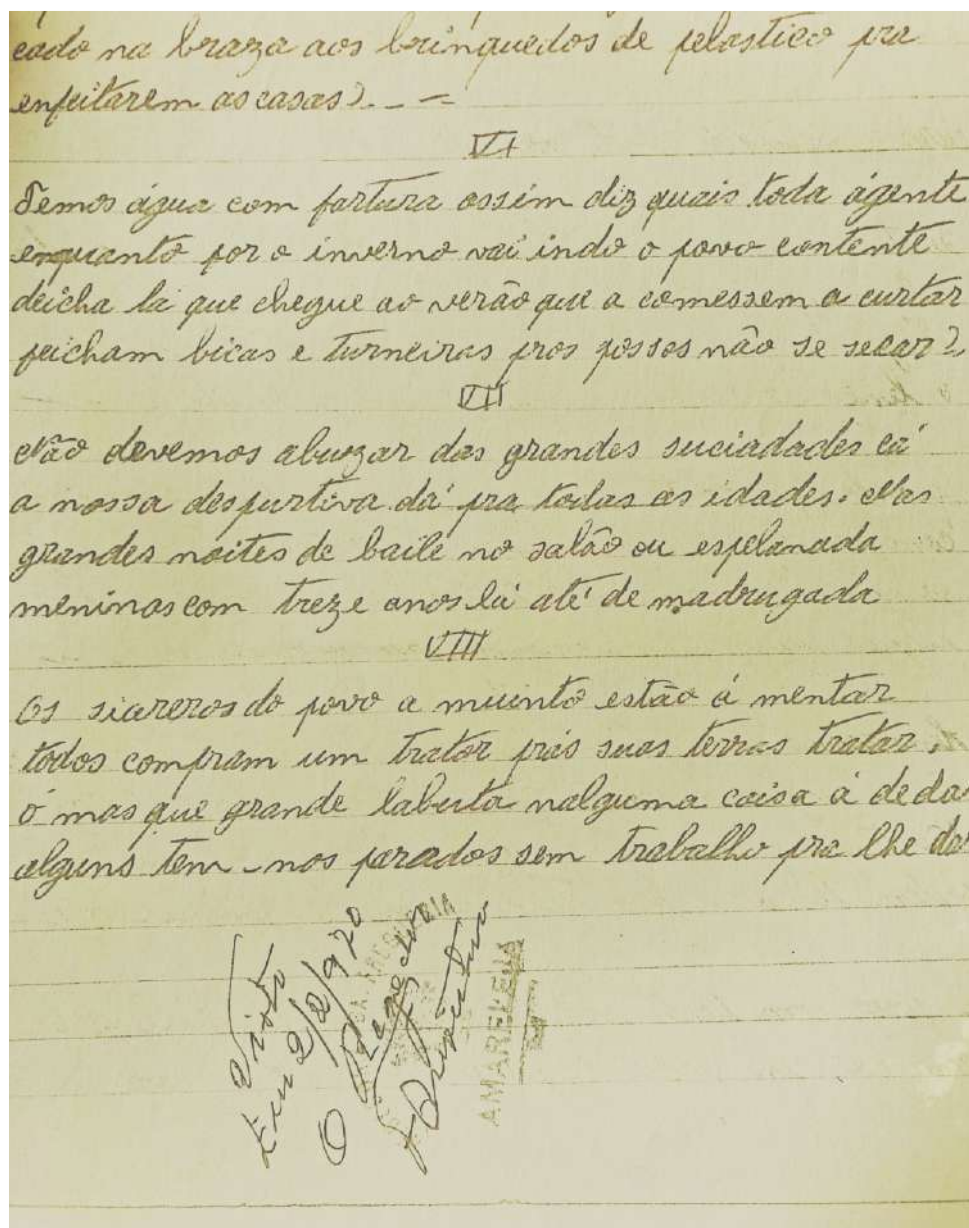


Figura1- Durante a ditadura, as letras das danças tinham que ter a autorização das autoridades. Essa dança de 1970 leva a assinatura do Regedor. Na última quadra, a dança aponta o desemprego dos assalariados devido à compra de tractores por parte dos seareiros.



Figura 2- Grupo de António José Costa Figueira (o *Francês*), no meio com óculos escuros, na dança dos *Piolhosos*. (Carnaval 1976)



Figura 3- O cesto faz referência ao «Sexto Governo Provisório». Grupo de António José Costa Figueira na dança «A Política» (Carnaval 1976).



Figura 4- Grupo de José Agostinho Costa Prazeres (*Zé Cachamelo*) na dança «A Josefina» (Carnaval 1976)



Figura 5- António Joaquim Costa Prazeres, no papel da Josefina (Carnaval 1976).



Figura 6- Domingos Augusto Prazeres Jorge (*Cara de Bolacha*) no papel do velho viúvo (Carnaval 1981).



Figura 7- Três mascarados (Carnaval 1976).



Figura 8- Grupo da Hortense Lameiras na roda (Carnaval 2023).



Figura 9- Grupo da Hortense Lameiras desfilando na rua. Nota-se a presença das violas (Carnaval 2023).

Bibliografia

- BAPTISTA, Fernando de Oliveira (1978), Portugal 1975 – Os Campos, Porto, Afrontamento.
- BAROJA, Julio Caro (1985), El Carnaval Analise histórico-cultural, Madrid, Taurus.
- GILMORE, David G. (1987), Agression and Community, Paradoxes of Andalousian Culture , New Haven, Yale University Press.
- GODINHO, Paula (1998), Mordomia e reprodução festiva, Arquivos da Memória, Ritos e Sociedade -Primavera-Verão 1998, nº4, Edições Colibri.
- GODINHO, Paula (2017), O Futuro é para sempre. Experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa: Letra Livre.
- HALBWACHS Maurice (1997), La mémoire collective, Albin Michel
- LAFFON, Virginie (1994), Une chronique politique : les danças de Carnaval dans une freguesia rural de l’Alentejo, "Ethnologie du Portugal: unité et diversité », Actes du colloque, Paris 12-13 mars 1992, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, pp.49 -57
- LOBATO, João Rodrigues (1961), Amareleja: Rumo à sua história, Evora, Grafica Eborensense.
- MATOS, Luís de (1985), “Carnaval em Evora – Brincas enquadramento temporal das brincas”, Congresso sobre o Alentejo, vol. 3, Evora, outubro 1985, pp. 1259-1342.
- Memórias alentejanas, recolha de património cultural , Câmara Municipal de Moura e Escola Secundária de Moura, 2001
- NAZARE, João Ranita da (1984), Prolegomènes à l’ethnosociologie de la musique, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian.
- NUNES, M. Dias, “Danças populares do Baixo-Alentejo”, A Tradição, Ano 1, Nº2, Serpa, 1899.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984), Festividades cíclicas em Portugal, Lisboa, Publicações Don Quixote.
- PEREIRA Benjamin Enes (1973), Máscaras portuguesas, Lisboa, J.I.U.
- RADICH Maria Carlos, BAPTISTA Fernando Oliveira (2021), Terra e agricultura Seculo XX, Editora 100Luz
- SIMÕES Dulce (2021), Práticas da cultura na raia do Baixo Alentejo , Edições Colibri, Lisboa

Índice

Nota de Abertura	3
 O impacto de uma escola de campo internacional de arqueologia num meio rural em Portugal: o caso da South-West Archaeology Digs em Safara (Moura)	
Mariana Nabais	5
 Notáveis da região de Moura no século X	
António Rei	29
 El registro arqueológico de época andalusí en Aracena, Aroche , Moura y Serpa	
Eduardo Romero Bomba	37
 A Rota do Território Hospitalário: A cooperação transfronteiriça como ferramenta para a socialização do património de fronteira	
Nieves Medina Rosales Eduardo Romero Bomba Miguel António Paixão Serra Marisa Veiga Bacalhau José Gonçalo Valente	53
 Testemunhos do tempo que passa. As danças de Carnaval nas décadas 70 e 80 do século XX e hoje: permanências e mudanças	
Virginie Laffon	63

INVENTÁRIO

2023 | edição: Câmara Municipal de Moura

